

**Laura Sahm Shdaior**

**O TÉDIO E A OUTRA MARGEM DO RIO**

**Curso de Psicologia  
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
São Paulo  
2010**

Laura Sahm Shdaior

O TÉDIO E A OUTRA MARGEM DO RIO

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para a graduação no curso de Psicologia, sob orientação da Profa. Dra. Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva

Curso de Psicologia  
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
São Paulo  
2010

### Agradeço

Ao Dani, meu amor, pelo companheirismo,  
pela ajuda e pelo carinho;

Ao meu pai, Jack, pela compreensão;

À minha mãe, Estela, pela viagem onde  
tudo começou;

Aos meus amigos, por fazerem parte do  
meu caminho;

À Flávia Hime e à Ciça Vilhena, por terem  
me mostrado que continência e  
flexibilidade caminham juntas;

À Miriam Debieux, Sandra Pavone,  
Clarissa Carvalho e Yone Rafaeli por todos  
os subsídios teóricos e por toda a inspiração  
(simbólica, imaginária e real).

A nostalgia não é do Deus que nos falta, é a nostalgia de nós mesmos que não somos bastante; sentimos falta de nossa grandeza impossível, minha atualidade inalcançável é meu paraíso perdido. Sofremos por ter tão pouca fome, embora nossa pequena fome já dê para sentirmos uma profunda falta que teríamos se fôssemos de fome maior.  
(A paixão segundo G.H., p. 179-80, Clarisse Lispector, 1964)

Dedico este trabalho

À Clarisse Lispector, por me fazer sentir que não poderia ter sido melhor traduzida,  
E à Marisa Moreira Lopes, por me acompanhar em minha própria tradução.

## RESUMO

SHDAIOR, Laura Sahm. *O tédio e a outra margem do rio*. Trabalho de conclusão de curso, 2010.

Orientadora/; Profa. Dra. Maria Cecília de Vilhena Moraes Silva.

Proponho-me a abordar o tédio com base na pesquisa de Lars Svendsen (2006) e, através dos conceitos lacanianos de alienação e separação, elucidá-lo como parte desse movimento que Lacan define como do desejo. Também pretendo, ao entender o tédio como fenômeno contemporâneo, indicar para as causas e implicações de sua perpetuação enquanto estado mental e disposição para o mundo. A partir daí serão apontadas características de nossa organização social como o consumismo e a desigualdade social no intuito de delimitar aspectos que contribuem para sua manutenção.

Palavras - chave: tédio, alienação, separação, desejo, consumismo, desigualdade social.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	07
<b>Método</b> .....	10
<b>Capítulo1: O tédio</b> .....	12
<b>Capítulo 2: O desejo em Lacan</b>	
2.1 O Édipo enquanto estrutura .....	22
2.2 O conceito de significante .....	23
2.3 A inscrição no processo simbólico do Édipo .....	25
2.4 Os três tempos do Édipo em Lacan	
Primeiro tempo .....	26
Segundo tempo .....	29
Terceiro tempo.....	31
2.5 O movimento do desejo para Lacan. ....	34
<b>Capítulo 3: O tédio em uma perspectiva lacaniana</b>	
3.1 A falta e o tédio .....	44
3.2 Resposta ativa e resposta inativa .....	45
3.3 A vivência no registro imaginário .....	46
3.4 O tédio e a alienação.....	47
3.5 O tédio associado à reflexão.....	49
3.6 Consumismo e alienação .....	54
3.7 Tipos de tédio .....	56
<b>Discussão</b>	
A reflexão do tédio: a consciência de si supõe castração? .....	63
A Fixação de um objeto de desejo significante de uma falta .....	65
A fixação no processo de alienação.....	67
A predominância da vivência no registro imaginário.....	69
A importância da circulação na estrutura desejante .....	72
A outra margem do rio.....	73
<b>Conclusão</b> .....	77
<b>Referências bibliográficas</b>	
<b>Anexos</b>	

## INTRODUÇÃO

A França sempre recebeu, tanto de mim quanto de minha mãe, uma admiração privilegiada. Minha idealização de uma vida perfeita sempre teve um cenário francês. Bicicletas na rua, jovens de boina que cuidam e apreciam seu país, muito metrô, muita arte, muita reflexão, nada especificamente francês com exceção da língua. Toda insatisfação que eu vivi em minha vida por muito tempo foi atribuída a São Paulo, cheia de carros na rua, jovens de boné que poluem a cidade com seus muitos carros na rua, muita arte mercantilista, muita falta de engajamento.

No início de 2010 tive a oportunidade de ir à França pela segunda vez, nessa ocasião acompanhando minha mãe. Arrumando as malas, me lembro de sentir o medo de me desapontar com o que eu havia construído de idealização em minha imaginação desde a última vez que estivera em território francês. Ainda arrumando a mesma mala, lembro-me de ter estranhado que minhas referências ao país quase nunca se remetiam à vivência que de fato tive, mas sim ao que associei de bom à França, em sua imagem detentora da totalidade idealizada.

Quando lá cheguei, me deparei com os jovens de boina, com os metrô, com a arte, com a língua francesa, com o lindo cenário, mas também com o frio excessivo, com alguns jovens de boné que jogavam suas bitucas de cigarro no chão, com os cartazes de filmes tipicamente americanos e com propagandas de beleza tão cruéis quanto as que vemos no Brasil. Não posso deixar de mencionar as bicicletas de Belleville (ver Anexo I), às quais insisti em conhecer devido ao filme de mesmo nome que eu tinha visto há alguns anos atrás. Algumas não tinham bancos, algumas não tinham guidão, algumas não tinham a roda e a maioria estava presa com cadeado aos postes da rua. Dominique, uma moradora do bairro, nos contou que esse é o meio que as pessoas encontram de não ser roubadas. Parece que não adianta muito.

Eu costumo dizer que saudade é o sentimento que mais me acomete, aquele com o qual eu mais tenho familiaridade. Saudades do passado e também do futuro. No segundo ou terceiro dia de viagem, quando eu estava lendo a obra *Mister O: 30 histoires cruelles*, de Lewis Trondheim (2005), sob as cobertas e sentindo especial saudade do calor do Brasil, pude pensar que na verdade a saudade não é nada mais do

que a idealização do que não está sendo vivido. Por isso sempre incluí o futuro em meu saudosismo. Clarisse, conforme apontado em minha dedicatória, nunca poderia ter explicado melhor o que defino como minha idealização.

Pude, nessa ocasião, discutir com minha mãe sobre a idealização de um modo geral. Recebi o acolhimento dela e também algumas de suas lembranças. Vieram, em especial, os episódios difíceis que ela viveu quando morou em Paris. Agora posso me recordar de uma curiosa conversa que tivemos com um senhor brasileiro, hóspede do mesmo hotel em que estávamos, que também havia vivido na França por um tempo. Quando soube que minha mãe partilhava da mesma experiência, disse algo como “Que tempo bom, não?”. Logo após um período maior de conversa, no entanto, ele nos revelou que tivera uma depressão forte quando chegou à capital francesa e se deparou com o emprego que lhe estava prometido e que era mantido por um homem que estava à beira da falência.

Em uma de nossas noites no hotel, pouco antes de dormir e após ter devorado todas as histórias em quadrinhos, minha mãe resolveu ler uma revista que havia comprado em uma bonita livraria. O tema da revista era o tédio. Nela, alguns escritores falavam sobre o assunto, citando outros tantos antigos. Minha mãe leu para mim um trecho que parecia se aproximar muito da minha vivência do momento. Não considero que eu estivesse entediada, muito pelo contrário. Ainda que não seja perfeita, como qualquer coisa real, Paris, com minha mãe, é digna de muita admiração e entusiasmo. A relação que fiz naquele momento dizia respeito a alguma sensação acerca do que havíamos conversado anteriormente sobre a idealização. E o tédio parecia se relacionar com esse *insight* por oposição.

Quando me vi explicando para minha mãe a reflexão que me ocorrera, deparei-me com o conceito lacaniano de desejo; por meio dele pude repensar a questão do movimento do sujeito desejante defendido pelo autor.

Voltando a São Paulo, aos carros, mas também ao calor, me vi diante de um interesse sobre o tédio. Agora sem a revista, mas de posse do livro *Filosofia do tédio*, de Lars Svendsen (2006) pude ir desenvolvendo alguns paralelos com a teoria lacaniana, e comecei a considerar tal relação como meu tema de TCC.

Meu objetivo, portanto, surgiu da necessidade de elucidar esse paralelo que se mostrou possível, embora pouco esclarecido. Procuro, neste trabalho, compreender, com base na teoria lacaniana, por que o tédio se coloca em oposição a certa quebra da idealização do objeto de desejo. Considerando que o tédio é um estado mental contemporâneo, entender o que o desejo do sujeito da atualidade revela sobre nossa sociedade parece uma derivação importante desse paralelo que será traçado.

## MÉTODOS

Este trabalho é de natureza teórica e pretende compreender o tédio fundamentando-se na Psicanálise lacaniana. A escolha pela Psicanálise de um modo geral se dá pelo fato de que tal teoria sempre procurou compreender o homem contemporâneo. A começar por Freud, em *O mal-estar da modernidade*, seguido de autores como Roudinesco, em *Por que a Psicanálise*. Em especial Lacan vem sendo autor de base para novas contribuições sobre a contemporaneidade, o que se exemplifica em *O Homem sem Gravidade*, de Charles Mellman.

Além disso, especificamente Lacan foi o autor escolhido por, em sua releitura de Freud, apresentar uma compreensão acerca do movimento do desejo do sujeito no qual o tédio, ao ser nele incluído, pode ser elucidado enquanto fenômeno humano geral e particularmente contemporâneo. Hugo Bleichmar (1988) e Bruce Fink (1998) são os principais autores aqui referidos em sua compreensão da teoria lacaniana.

Para a compreensão do tédio, Lars Svendsen, filósofo professor do Departamento de Filosofia da Universidade de Bergen (Noruega), foi escolhido como o autor de base. Tendo escrito livros que tratam de diversos temas com relevância contemporânea - como o tédio, a moda, o medo e o trabalho - Svendsen revela-se um pensador da atualidade que, através de uma linguagem acessível, consegue reunir pensamentos populares e de autores de diversas áreas na discussão dos temas que aborda. A valorização do exercício de relacionar os saberes da psicologia (especificamente da psicanálise lacaniana escolhida enquanto vertente) com os saberes das outras áreas de conhecimento justifica a opção por Svendsen (2006) como referência primordial para este trabalho, que é desenvolvido conforme detalhado a seguir.

No primeiro capítulo teórico é abordada a conceituação de tédio segundo o saber predominantemente filosófico de Svendsen. O segundo capítulo trata de elucidar alguns conceitos lacanianos voltados para a compreensão do movimento do desejo. O terceiro capítulo teórico procura fazer as articulações teóricas entre o desejo lacaniano e o fenômeno do tédio conforme abordado no primeiro capítulo.

A análise final parte do paralelo traçado no último capítulo teórico para que reflexões sejam feitas, de modo que a constituição humana possa ser entendida no contexto contemporâneo e ilustrada através de histórias em quadrinhos de Lewis Trondheim (2005).

## 1. O tédio

O tédio é um estado mental interior no qual tudo se apresenta enquanto ausência de significado, o que popularmente pode ser chamado de monótono. Tudo aquilo que se tem é insuficiente e assim o indivíduo se depara com sua insatisfação.

Diferentemente da melancolia, o tédio não possui nenhum encanto. Distingue-se dela por não estar associado à beleza, nem mesmo à sabedoria da tristeza, mas àquilo de mais incômodo dela: sua nebulosidade que parece não ter solução, ainda que por vezes pareça estar silenciada por aquilo que se mostra como “interessante”, o que brevemente quebra a suposta monotonia.

A melancolia, no entanto, pode ser associada ao tédio na medida em que ambos possuem a sensação de perda de um objeto não identificado. Ao contrário do que ocorre no luto, o sujeito não sabe bem o que perdeu, por isso não sabe nomear ou entender a falta que sente.

Resultado de quando é preciso fazer aquilo que não se deseja, ou não se pode fazer aquilo que se deseja, o tédio também pode ser consequência de não se saber o que se deseja.

É nesse sentido que o psicanalista Adam Phillips (1993, p. 82) aponta para a necessidade de, ao invés de falar de um tédio, falar em tédios. O reconhecimento dessa multiplicidade significa compreender a variedade de humores e sensações que existem. Dentre os possíveis estados de tédio, que mais adiante especificaremos melhor, há aqueles que se aproximam mais de um pequeno desconforto e há outros que, indo para o outro polo possível, se relacionam com uma profunda perda de significado.

Porém, mais do que essa manifestação psíquica, o tédio é também reflexo de nosso mundo permeado por práticas sociais entediadas.

Apesar de ser impossível determinar quando se deu seu surgimento, é plausível dizer que o tédio só passou a ser considerado um fenômeno cultural central há dois séculos, sendo o advento do Romantismo<sup>1</sup> um marco para a democratização e

---

<sup>1</sup> O Romantismo surgiu por volta de 1800 na Europa como um movimento artístico que veio propor a elevação dos sentimentos perante o pensamento. Atingindo primeiramente a literatura e a filosofia

possibilidade de amplas formas de expressão desse estado mental. Se antigamente o tédio era associado apenas às classes privilegiadas da sociedade, hoje ele ganha espaço de destaque devido à amplitude da população que alcança. Antes deste momento de efeito generalizado, ainda que não possa ser nitidamente definido, o tédio não era consideravelmente objeto de reflexão.

Em geral, os precursores ficaram restritos a grupos pequenos, como a nobreza e o clero, ao passo que o tédio da modernidade tem amplo efeito e pode hoje ser encarado como um fenômeno relevante para praticamente todos no mundo ocidental. (2006, p12, Svendsen)

Mais do que isso, antes da fase romântica, o tédio foi por muito tempo símbolo de status, representante de uma vida materialmente suprida na qual – e justamente por isso – poderia se manifestar. A insatisfação não sabia o que mais desejar para ser suprida.

Contudo, à medida que perdeu tal exclusividade, espalhando-se pelos outros estratos sociais, o tédio passou a ser relacionado a outras vivências profundamente insatisfatórias. Por conter em si sempre um elemento crítico, o tédio é aquilo que aponta e ao mesmo tempo resulta de uma falta, mas não falta do que fazer, em oposição à idéia de ócio comumente associada ao tédio. Pessoa já dizia: “Não é o tédio a doença do aborrecimento de nada ter que fazer, mas a doença maior de se sentir que não vale a pena fazer nada. E, sendo assim, quanto mais há que fazer, mais tédio a que sentir” (2005, p. 392).

Svendsen (2006) aponta para a cultura enquanto significado global de uma sociedade. A falta que há pouco mencionamos, por sua vez, é entendida por ele como ausência deste significado global ou, em outras palavras, ausência de cultura, o que também pode incluir uma falha em sua transmissão. Por isso tanta televisão, ou seja, por

---

(posteriormente as artes plásticas), o romantismo veio se opor ao Racionalismo que permeava os ideais da Revolução Francesa. As principais mudanças resultaram na colocação do indivíduo como elemento central. A valorização de sua emoção e valores individuais, no entanto, não se desprenderam do academicismo, de modo que este movimento artístico não deixou de criar também o que se estabeleceu como um pensamento romântico centrado no indivíduo, em seus sentimentos e na idealização da possibilidade de sua satisfação (realização plena de seus desejos). O amor romântico, distanciado de sua consumação, é sempre impossível, mas não deixa de conceber sua idealização pois é justamente em sua não conquista que, sustentando a ideia de completude, pode reclamá-la. (<http://www.historianet.com.br>)

isso a idéia de consumir o tempo, fazer passar o tempo, ao invés de enxergá-lo como possibilidade de desenvolver qualquer coisa que seja. É apenas preciso preenchê-lo para não nos depararmos com a falta de significado.

É a partir dessa situação que a criação de placebos sociais (diversões artificiais, distrações) se apresenta enquanto demanda: é necessário criar substitutos de significado. Necessidades são criadas, interesses são criados, estímulos são apresentados a fim de possibilitar a existência de algo que se manifeste enquanto “interessante”. Mas como “o “interessante” tem sempre um prazo de validade curto, e realmente nenhuma outra função senão ser consumido para que o tédio possa ser mantido à distância” (Svendsen, 2006, p. 29), a função dada pelo Romantismo de a vida ser interessante e assim poder promover a realização do sujeito que a vive se equivale a uma busca sem fim. A dificuldade de transmissão de significado pessoal por parte da sociedade se relaciona com a perpetuação do ideal do Romantismo do encontro da satisfação total.

Desse modo, o tédio é associado tanto à incapacidade de ação (quando nada se apresenta como interessante) quanto a diversas execuções de ações. Ou seja, na constante busca pelo novo, pois o interessante só o é enquanto novidade<sup>2</sup>, tanto se pode responder de maneira inativa como de maneira ativa. Ambas as reações correspondem à vivência do tédio e podem estar presentes no comportamento de um mesmo indivíduo, que ora se depara com este estado mental e vive a falta de significado enquanto imobilidade, ora se coloca frente à busca de suprir essa falta.

É relevante pontuar que a frequência do tédio é igualmente proporcional ao encontro de algo “interessante”. O que, através de estímulos basicamente sensoriais, se coloca como interessante é algo que assim se estabelece por estimulação externa e, portanto, alheia ao que se passa no mundo interno. Aquilo que de fato faz sentido para o sujeito não precisaria de um chamado do exterior para fazer-se visível.

Entretanto, como sugere Svendsen, se pensarmos no sentido da palavra “significado” para além da concepção romântica, a questão da modernidade não é a falta de significado, mas seu excesso. Tudo chega pronto até nós, e nós consumimos os

---

<sup>2</sup> Alguns autores fazem uma diferenciação entre *novo* e *novidade*, atribuindo ao primeiro uma função criativa enquanto que o segundo é associado ao efêmero. Como Svendsen (2006) não esclarece essa diferenciação entre as palavras, aqui se deve entender ambas como sinônimos. Não por isso suas propriedades, ainda que não se estabeleçam por uma diferença de nomeação, deixarão de ser enfatizadas ao longo do trabalho.

significados que o mundo nos fornece. O problema é justamente que esses significados, subprodutos da cultura, mercadorias com significados em si mesmas – e que portanto não constituem seu significado pela interpretação que ganham – não são aqueles que suprem a necessidade de um “significado pessoal”. O significado pessoal, como o denomina Svendsen, correspondente ao sentido do Romantismo impresso à palavra “significado”: é aquilo que parte de uma motivação interna, que tem sentido pela interpretação de alguém, que tem sentido *para alguém*, não para todos e que é o que, faltando, pode ocasionar o tédio.

Se escolhermos usar a palavra “significado” em sentido amplo, não há falta de significado no mundo – há superabundância. Estamos positivamente imersos em significado. Mas este não é aquele que procuramos. O vazio do tempo no tédio não é um vazio de ação, pois há sempre *alguma coisa* nesse tempo, ainda que seja apenas a visão de tinta secando. O vazio do tempo é um vazio de significado. (Svendsen, 2006, p32)

Aqueles que estão entediados frequentemente precisam de evidências concretas como a insônia para tomar consciência de seu sentimento. É possível estar entediado sem ter consciência disso e mesmo sem poder apontar um motivo para tanto. Isso ocorre porque o tédio se apresenta enquanto falta de forma, sentimento sem objeto, com uma causa inexplicável, o que muitas vezes resulta na dificuldade de identificá-lo reconhecê-lo enquanto vivência. O próprio tédio é a dificuldade de identificar a causa da sensação de ausência: vive-se a falta, mas pouco se apropria dela. É como uma vivência sem elaboração.

Para reconhecer esta vivência, é necessário que haja a consciência de si. Mais do que isso, um indivíduo só tem capacidade de se entediar se tiver a percepção de si enquanto um sujeito “apto a se inserir em vários contextos de significado” (Svendsen, 2006, p 34). Sem essa consideração sobre si mesmo, o sujeito não teria como perceber a falta de significado e, conseqüentemente, não teria como situá-la no empobrecimento do mundo e de si, de modo que acabaria não podendo desenvolver meios de supri-la.

É nesse mesmo sentido que apenas aqueles que têm a capacidade de reflexão é que podem se entediar. A reflexão está intimamente relacionada à perda de sentido, à perda de mundo (enquanto referencial), o que ocasiona, para não dizer caracteriza, o

tédio. Segundo Svendsen, “uma propriedade do tédio é fornecer uma espécie de perspectiva da existência, permitindo-nos compreender que somos completamente insignificantes em tão vasto contexto.” (2006, p. 42)

Os placebos sociais, mencionados acima, apresentam-se como modos de interromper a reflexão e evitar o surgimento desse estado mental. Apesar de estas distrações sustentarem por pouco tempo a ausência do tédio, não é por isso que ele se mantém eternamente (ou melhor, sem pausas): o incômodo tende a se esvaecer, pois a reflexão também é, em sua constituição, passageira.

Em um dado momento do decorrer do tédio, ele mesmo impele aquele a quem atinge a encontrar o novo a fim de que possa romper esta sensação e estado. Mais drástico do que se entreter com alguns estímulos sensoriais, atitudes de destrutividade podem ser o resultado dessa busca pelo novo. Admira-se a existência do ativo em oposição ao passivo, e é nesse sentido que, ainda que destrutivo, algum ato desse tipo pode ganhar valor perante uma situação de tédio. Chega a ser um alívio escapar do que se coloca como uma morte por inércia.

Neste momento é possível perceber um aspecto muito importante do tédio. Se até então se pensou no tédio enquanto incapacidade de se interessar por qualquer coisa e, por isso, incapacidade de agir, aqui se coloca a ideia de que ele consiste em um processo que tem uma fase de busca por aquilo que pode interessar, ou ainda mais do que isso: aonde nada se mostra interessante, tudo parece poder ser uma possibilidade para que algo se coloque como tal e o vazio possa ser rompido. “O tédio faz tudo, ou quase tudo, parecer uma alternativa tentadora, e tem-se a impressão de que o que realmente precisamos é de uma nova guerra, em decorrência de uma grande catástrofe” (Svendsen, 2006, p. 41).

Para pensar nas características e possibilidades do tédio, é interessante falar de sua tipologia. Para tanto, conforme escolhe Svendsen, serão utilizadas as definições de Martin Doehlemann (1991). Quatro tipos de tédio foram pensados por ele: o tédio situacional, o tédio da saciedade, o tédio existencial e o tédio criativo. Apesar de haver sobreposição entre esses tipos de tédios (ou seja, muitas vezes mais de um está operando), é possível distingui-los com muita clareza.

O tédio situacional é o tédio derivado de um momento específico, como quando se espera alguém ou algo, chegar ou terminar. Da mesma maneira que algo específico causa esse tipo de tédio, é algo específico que se deseja na ocasião em que ele aparece. Por exemplo, no caso de um ônibus que nunca chega, almeja-se sua chegada, uma carona ou qualquer outra saída que desmonte a situação de espera.

Já o tédio da saciedade diz respeito à obtenção demasiada de algo, o que acaba tornando tudo banal. Nada ocupa o espaço daquilo que ainda pode ser preenchido e vive-se a insatisfação perante a aparente completude. Como pode ser visto, ao considerar-se o tédio situacional e o tédio da saciedade, tal estado mental pode ser, respectivamente, resultado de uma escassez ou de um excesso de (ou da mesma) experiência.

O tédio existencial é aquele em que “a alma está sem conteúdo e o mundo em ponto morto” (Svendsen, 2006, p. 44). A falta de expressão característica do tédio existencial como que reflete a sensação daquele que o vivencia de que algo está faltando. Em oposição ao tédio situacional, não há um objeto específico que em sua ausência ocasione o tédio existencial. Tampouco, portanto, existe um objeto específico que se possa esperar a fim de supri-lo: não se sabe definir o que está faltando, mas experimenta-se (sem elaboração) uma ausência. Todo e qualquer desejo é almejado no sentido de ser algo que possa estimular o movimento de saída, porque no tédio existencial, a capacidade de encontrar algo que se deseje é perdida. Faz parte dessa falta de expressão.

Por fim, o tédio criativo se define pelo resultado que provoca: aqueles que são acometidos por ele sentem-se impelidos a fazer algo novo. A criatividade como entendida por Doehleemann é o equivalente ao que já foi mencionado como a busca pelo novo: cria-se para fazer a novidade surgir, cria-se para sair do mesmo, cria-se a própria busca, o movimento para se encontrar a novidade. O objetivo é simplesmente romper a permanência desse estado mental.

Ainda que possam ser feitas tipologias do tédio, há de se considerar a dificuldade em defini-lo, principalmente porque se trata de um fenômeno que, diferentemente da maioria dos demais, carece de positividade. A característica fundamental do tédio é a ausência, seja de algo que se coloque como novo, seja algo que se almeje

(especificamente ou não) ou então algo que nem se consiga formular enquanto almejado: é a ausência de significado pessoal.

A saída mais recorrente para contornar a falta de significado pessoal, conforme dito anteriormente, é a busca pelo novo. Os placebos sociais são as alternativas buscadas em primeira instância pois são de fácil acesso e rápido efeito. A vivência da ausência quer ser finalizada pelo sujeito e como é pouco compreendida, ainda que haja consciência de si (se não é impossível entediarse, como foi dito acima: a vida só pode mostrar-se assim insatisfatória quando há uma visão crítica), utiliza-se da primeira saída que se apresenta.

A ausência que caracteriza a vivência do tédio é experimentada como um vazio a ser suprido, de modo que é o pré-requisito para a transgressão uma vez que só se busca e encontra o novo quando se sente sua inexistência. A transgressão, vista como a contestação do mesmo, representa a procura pela inovação, o que na verdade só vem auxiliar em fazer passar o tempo, consumindo-o ao invés de deixá-lo para o tédio. Como destaca Svendsen (2006, p. 18), “O tédio veio a ser associado a coisas como abuso de drogas, abuso de álcool, fumo, distúrbios alimentares, promiscuidade, vandalismo, depressão, agressão, animosidade, violência, suicídio, comportamento de risco, etc.”

Após um tempo, contudo, ainda que seja ele permeado de transgressões, também o novo se faz antigo, também o novo se mostra ser o mesmo apenas vestido de novidade ou do título “interessante”, adjetivo normalmente conquistado pelo que aqui foi chamado de estímulo sensorial (externo). Assim, cruzar as fronteiras a fim de transgredir a longo prazo também se mostra insuficiente: é impossível escapar do entediante desse modo.

Quando nos jogamos sobre tudo que é novo, é na esperança de que o novo seja capaz de ter uma função individualizante e de dotar a vida de um significado pessoal; mas tudo que é novo logo se torna velho, e a promessa de significado pessoal nem sempre é cumprida- pelo menos, não mais que apenas no momento presente. O novo sempre se transforma rapidamente em rotina, e, então, também o novo entedia, pois é sempre o mesmo. (Svendsen, 2006, p. 48)

Essa afirmação conduz à seguinte conclusão: como o novo rapidamente se torna velho, não há como acabar com o tédio. É a esta conclusão que Svendsen chega ao final do livro. Chega ele a afirmar: “Não há solução para o problema do tédio: é isso que o torna um problema” (Svendsen, 2006, p146).

A perda de significado, ainda que por vezes disfarçada por sob o véu na “novidade” ou do “interessante” no qual se embriaga, se coloca aqui como uma verdade que constantemente é descoberta: quando o véu cai, a perda se faz presente – presente enquanto ausência.

Contudo, ainda que a ausência seja eterna, o tédio não o precisa ser. Não se pode livrar do tédio se apenas dele queremos fugir, ou seja, não se elimina o tédio sem que haja alguma apropriação ou elaboração da ausência que o define. Através de uma maior compreensão da falta que se coloca, ainda que ela permaneça, o tédio não precisa ser a maneira de vivenciá-la. A esperança de simplesmente suprir a ausência sem de fato concebê-la a fundo é tão alta que só resulta na perpetuação do tédio, uma vez que o vazio não é assimilado.

Mas o que tanto estaria ausente nos seres humanos? Há algo que realmente foi perdido? Kierkegaard ousou responder a essa pergunta: “Minha infelicidade com o presente é que tenho inveja do passado” (mencionado em Svendsen, 2006, p. 164). Para ele, a infância perdida seria o que explica a experiência de perda constante nos indivíduos: é algo para o qual nunca será possível voltar.

“Experimentar tédio é experimentar um fragmento da realidade” (Svendsen, 2006, p. 155). Esta realidade a que se toca quando se está entediado é a constituição humana, uma constituição que muito se define pelo lidar com a falta, com a infância perdida, com a sensação de sua perda, com a insatisfação, por assim dizer, permanente do ser humano por não poder retornar a um tempo em que se encontram todas as idealizações de satisfação.

Segundo Svendsen, se entediar pode se encaminhar para um autoconhecimento, pois o tédio promove uma situação de encontro com elementos fundamentais do indivíduo. Porém, o tédio é a não elaboração da ausência e, na busca pelo novo, quer apenas se ver solucionado. Esse encontro com a novidade, além de favorecer o desaparecimento do tédio, serve para evitar esse mínimo contato com a falta que o tédio

representa e que tanto perturba. O que não contribui para a sustentação do tédio é o ritmo acelerado do cotidiano: o tédio demanda tempo e o mundo tem pressa.

Svendsen, colocando a impossibilidade de não se surpreender com o tédio (ainda que o mundo seja acelerado e as pessoas fujam de deparar-se com ele), sugere uma compreensão interessante para a manifestação do sentimento de perda. O que o escritor propõe é que esse sentimento seja visto como “um senso de minha obrigação de levar uma vida mais substancial” (Svendsen, 2006, p. 159). Ou seja, é como se a falta se fizesse presente a fim de cobrar que se busque algo que venha preenchê-la satisfatoriamente (significado pessoal), garantindo a validade da vida da pessoa que a sente.

Contudo, “o significado pessoal, compreendido como significado singular para mim, como a única coisa que pode dar sentido à minha vida, revela-se inalcançável” (Svendsen, 2006, p. 168). Por isso a busca pelo novo nunca tem um resultado satisfatório, porque ou ilude-se com aquilo que de fato não completa (o interessante) e logo ganha a denominação de “não era aquilo” (em outras palavras, ganha o status de “desinteressante”), ou percebe-se que, sem ser isso, não há nada a se buscar.

Assim, a visão crítica que promove a sensação de insatisfação com a vida, vendo-se insuficiente para garantir uma melhoria nela, cai de volta no tédio pela frustração da completude que se almejou. Pouco elaborada, a ausência que define o incômodo com o tédio só pode gerar frustração se quiser ser completamente suprida. Nos próximos capítulos, a elucidação do conceito de frustração será feita, podendo contribuir para essa reflexão.

Por hora, o que pode ser dito é que sem o que estamos chamando aqui de elaboração, o preenchimento, o sonho de ser completo, fica reservado para uma vida que, usando a expressão de Milan Kundera (1995), está sempre em algum outro lugar, mas que ainda se mostra possível. Em outras palavras, deposita-se no inacessível, ou naquilo que ainda não foi alcançado, a possibilidade de completude, de modo a evitar a negação de sua existência, o entendimento de que a infância já foi, para sempre, perdida.

Ainda que a busca pelo novo sempre termine encarando a perda incapaz de ser completamente suprida, ela, em seu movimento alternado (ou seja, em sua não fixação)

é parte importante do tédio enquanto abertura para novas ações e estabelecimento de novas metas ou direções a serem seguidas, dando continuidade à vida:

O tédio contém um potencial. Nele ocorre um esvaziamento, e um vazio pede para ser preenchido, embora não necessariamente. O tédio retira as coisas de seus contextos usuais. Abre caminho para novas configurações, e, já as tendo privado de seus significados, permite que adquiram novos (Svendsen, 2006, p. 155).

Em suma, com todas as suas implicações, o tédio significa a vivência da incompletude não elaborada enquanto constitutiva. As particularidades do tédio serão recolocadas mais adiante, após a discussão de conceitos lacanianos sobre o desejo que elucidarão o assunto.

## 2. O desejo em Lacan

Para entender a conceituação de Lacan acerca do desejo, é necessário, primeiro, discorrer sobre sua concepção de Édipo. Para tanto, será utilizada como base a explicação de Hugo Bleichmar (1988). Essa interpretação foi escolhida porque seu texto fornece esclarecimentos fundamentais e objetivos sobre o que se pretende aqui elucidar.

### 2.1. O Édipo enquanto estrutura

O primeiro ponto que Bleichmar elucida é o fato de a visão lacaniana acerca do Édipo ser uma visão estruturalista: mais do que uma releitura de Freud, Lacan acaba inaugurando uma visão estrutural do Édipo, deixando de lado a ideia de *complexo*.

O termo estrutura refere-se a um “conjunto de elementos que se *constituem* na relação e que são, portanto, rigorosamente interdependentes” (Bleichmar, 1988, p. 13). O Édipo estrutural, portanto, é aquele que descreve o processo de constituição da sexualidade e da construção dos desejos do menino ou menina que passa por essa fase, caracterizando e explicando também o papel que os pais têm nisso tudo.

A concepção freudiana do Édipo, em contraposição àquilo que, em Lacan, corresponde a estrutural, supõe que o que ocorre nesse processo é proveniente de algo que é próprio do menino ou menina que vive, por assim dizer, o complexo. Os pais são vistos como aqueles que interagem com seus filhos, não como aqueles que, segundo Lacan, têm o papel de constituintes da sexualidade da criança – inclusive no momento em que estruturam sua própria posição nesse processo em relação ao (a) filho (a). Em outras palavras, o Édipo de Freud tem enfoque de modo geral mais interacionista, enquanto que o de Lacan tem enfoque intersubjetivo (estrutural).

Antes de passar para os três tempos do Édipo lacaniano, é importante detalhar o conceito de *estrutura* do qual se utiliza.

Nesse processo, no qual todos os participantes se constituem na própria relação que têm entre si, a estrutura se apresenta como uma organização na qual existem

posições ou lugares que podem ser preenchidos por personagens diferentes. É como no teatro: o ator assume um papel e o ator pode ser mais que um personagem.

Outro aspecto da estrutura como entendida por Lacan é o de função matemática. Reforçando a idéia de interdependência na constituição dos personagens, a função matemática ilustra o condicionamento mútuo: os lugares vagos não se definem por si sós, mas sim em função dos outros personagens. Cada posição é uma variável, e, nesse caso, não existe variável independente: todas dependem umas das outras.

Um terceiro elemento que ajuda a caracterizar o conceito lacaniano de estrutura deriva da compreensão de Lévi-Strauss acerca do intercâmbio de mulheres. “As estruturas elementares do parentesco como codificação de alianças que resultam do *intercâmbio* de mulheres. As mulheres *são trocadas* entre os homens, *circulam* entre eles” (Bleichmar, 1988, p. 19).

O grifo *circulam* na citação anterior é bastante relevante para o último aspecto que contribui para a definição de estrutura em Lacan. Aquilo que circula é o que determina a posição de um personagem: se ele é quem possui aquilo que circula ou se ele é aquele que não o possui, ou se ele é aquilo que circula.

Aquilo que circula determinando o lugar dos personagens inseridos nesse processo é o *falo*. As definições de falo utilizadas por Bleichmar na explicitação desse conceito são, respectivamente, extraídas de “A significação do falo” e “As Formações do Inconsciente”: “o falo é o significante de uma falta” e “o falo é o significante do desejo”.

## **2.2. O conceito de significante**

*Significante* é um termo utilizado por Lacan para designar o que se apresenta enquanto aspecto material (algo da ordem do sensorial, do perceptível) que serve para que algo de outra ordem nele se inscreva. É por isso que o significante pode sempre ser anulado no sentido de poder ser substituído por outro representante daquilo que se representa: um significante não tem significado fixo, pode ter vários significados diferentes.

Um significante sempre remete a outro. Esta é a chamada cadeia articulada dos significantes, que se definem por oposição e se combinam de acordo com a regência de leis específicas e não aleatórias ou casuais. Conforme a explicação continua, o conceito torna-se mais claro.

Pensando na primeira definição de falo, o significante de uma falta seria a inscrição da falta na linguagem (o aspecto material). É interessante perceber aqui que o representante de uma falta, aquilo que está no lugar dela, se apresenta enquanto presença. É justamente isso que permite a ilusão de não haver falta: sua representação se dá através de algo que existe enquanto presente. O falo enquanto significante de uma falta seria aquilo que permite a ilusão de que nada falta, pois há algo no lugar dessa ausência que se faz existente enquanto presença.

O que permite a ilusão de que não falta nada (podendo ser um número infinito de significantes que se anulam e se substituem na ocupação desse lugar), quando a criança não se percebe como incompleto, desempenha o que se denomina *função imaginária do falo*. O objeto que está no lugar dessa falta, provocando a sensação de completude e vivência de si enquanto perfeito (no sentido de estar identificado ao Ego Ideal por nada lhe aparecer como falta), é denominado, por sua vez, *falo imaginário* ou *imagem fálica*.

Falo imaginário é a forma sob a qual o sujeito representa a si, quando esta tem determinados atributos a um essencial: a perfeição. Imagem fálica é aquela à qual nada falta. (...) Falo imaginário é, assim, tudo o que completa uma falta de perfeição, anulando a imperfeição (Bleichmar, 1988, p. 39).

A ilusão de preenchimento daquilo que falta, ou seja, a ilusão de estar completo (nada estar faltando) provoca a satisfação do narcisismo, sua expansão. O Édipo lacaniano está centrado na satisfação do narcisismo, se opondo ao Édipo freudiano pelo fato deste centrar-se na satisfação do impulso.

A satisfação do narcisismo implica na ilusão de uma completude, ou seja, na vivência de uma completude imaginária. O termo “imaginária” se refere à não percepção da completude enquanto ilusão devido ao fato de que nunca a falta fora nomeada – não porque o bebê seja completo de fato, mas porque imaginariamente ainda se sustenta nessa imagem sua.

### 2.3. A inscrição no processo simbólico do Édipo

A passagem pelo Édipo significa ir tomando consciência de que a completude é imaginária, ou seja, o bebê vai dando voz à sua desconfiança de que não é completo de fato, de modo que é possível ir se inscrevendo cada vez mais no universo chamado *simbólico*. Os recursos provenientes desse universo são marcados por uma vivência da falta: tudo que completa, só pode completar simbolicamente, ou seja, não totalmente, porque o que falta de verdade nunca poderá ser preenchido – não porque seja impossível recuperar um objeto perdido, mas porque ele nunca existiu: a falta é constitutiva, vulgo, “a insatisfação é crônica”.

A entrada na *função* (predominantemente) *simbólica* não significa, contudo, que não exista mais a busca por completude pois o registro imaginário deve estar amarrado ao simbólico, bem como ao real se de fato opera sadiamente na psique do sujeito. A falta é o que move a busca por satisfação, busca esta que continua, mas que ao encontrar com o objeto desejado necessariamente esbarra com a possibilidade de não ser inteiramente suprida. Se, frente à conquista sempre incompleta, o sujeito conceber certo grau de satisfação, ele estará simbolicamente concebendo sua falta pois admite a satisfação parcial. Aquilo que completa parcialmente é o *falo simbólico*.

É importante lembrar que completar parcialmente difere de não poder permitir a ilusão de completude. A eleição de um objeto de desejo significante de uma falta sempre almeja, em seu alcance idealizado, uma satisfação total. A diferença se faz no encontro do objeto almejado: ao final da conquista do objeto de desejo é que ele pode ser visto como falo simbólico, instaurando-se como algo que remete a uma coisa de outra ordem, nunca suprimindo satisfatoriamente o que de fato é a falta. O falo imaginário difere do falo simbólico pois não se percebe enquanto falo, enquanto significante de uma falta, nem mesmo após sua conquista pois a completude é concebida como possibilidade inclusive nesse momento.

Em termos práticos, a perda da identificação com o Ego Ideal significa deparar-se com o fato de que não se completa ninguém. A criança, percebendo que não é aquilo que falta ao Outro, deixa de se ver como perfeita e percebe a sensação de completude como ilusão, como imaginária, o que até então não podia ser percebido.

Mais para frente, quando forem apresentados especificamente os tempos do Édipo lacaniano e a *castração simbólica*, estes momentos serão melhor explicados. Por ora, basta entender que na ocasião em que o sujeito se vê frente à impossibilidade de ser o falo, de ser o que completa, ele se dá conta de que aquilo que completa – ilusoriamente – o Outro, pode ser, como foi visto, diversos outros significantes. O contato com a idéia de substituição (mais propriamente com a própria lei do significante: aquilo que remete a outra coisa, que está em substituição à outra coisa) permite a entrada da criança no processo de construção e fortalecimento da simbolização.

O falo passa a ser compreendido como aquilo que não se pode ser nem ter de fato, mas que se pode substituir, justamente, pelo falo simbólico, que é aquilo que circula e que por isso mesmo pode ser perdido. Desse modo, não basta apenas perceber que não se tem o falo para ter acesso predominante à ordem simbólica: é preciso entender que ele pode ser substituído por outra coisa que também forneça o que passa a poder ser concebido como posição fálica.

Tal entendimento revela a percepção de que a consumação não é total nem constante: um falo só pode ser nomeado simbólico quando se faz uma diferenciação entre a posição fálica e a posição não fálica, em outras palavras, quando se rompe a idéia imaginária de completude. “A noção de falicismo implica por si mesma o despreendimento da categoria do imaginário” (Lacan, 1995, p. 30).

Essas questões serão melhor discutidas em suas especificidades através da explicação dos três tempos do Édipo lacaniano.

## **2.4. Os três tempos do Édipo em Lacan**

### ***Primeiro Tempo:***

Os dois personagens do primeiro tempo do Édipo lacaniano são a mãe e o filho, sendo também considerada a relação entre eles. O menino, nesse momento, não por dependência vital, mas, segundo Lacan, por dependência de amor, tem o desejo de ser desejado por sua mãe, deseja ser tudo para ela, de modo que se transforma naquilo que

ela deseja. “Seu desejo é Desejo do Outro, em duplo sentido, ou seja, ser desejado pelo Outro e tomar o desejo *do* Outro como se fora o próprio.” (Bleichmar, 1988, p. 27)

Para o filho, nesse momento, a mãe ocupa o lugar de Outro, outro com maiúscula no sentido de ser o Código, ou seja, ser aquela pela qual a linguagem é trazida ao bebê. A necessidade do bebê é interpretada pela mãe através da linguagem, nomeada por ela, de modo que é a partir da mãe que a linguagem é ocasionada ao menino. Por outro lado, a mãe também é o outro, com minúscula, no momento em que é a imagem com a qual o bebê vai se identificar e a partir daí constituir seu ego-representação. Em outras palavras, a mãe é o outro porque é “o semelhante especular com o qual o menino se identifica e crê que este outro é ele.” (Bleichmar, 1988, p. 29) <sup>3</sup>

No primeiro tempo do Édipo laciano, o falo é um objeto imaginário, uma vez que o menino se identifica com o objeto de desejo da mãe, tendo o desejo de corresponder a ele, ou seja, de ser aquilo que a mãe deseja que seja, iludindo-se no que entende como completude ou perfeição e ainda não concebe como falta impossível de ser inteiramente simbolizada.

Diferentemente do filho, a mãe já trabalha com essa simbolização. A mãe não está frente a um falo imaginário pois já passou pelo seu Édipo e por ter reconhecido sua castração, só pode *simbolizar* o desejo no falo. A mãe pode procurar algo que a faça se sentir completa, que a faça sentir que já tem tudo. Simbolizando seu desejo no menino como falo, ainda que já tendo sido castrada, a mãe pode passar a sentir que nada mais lhe falta e a sua expansão narcísica provoca nela satisfação: ela é aqui a mãe fálica. Ter alguém para quem se é tudo provoca na mãe a ilusão de que sua completude pode se realizar. Ou seja, ainda que já tenha passado pela castração, a mãe pode ter a ilusão de completude temporária.

O falo enquanto significante do desejo, definição anteriormente citada, ganha melhor explicação agora. O filho, enquanto falo da mãe, é o significante do desejo dela, pois é onde este desejo fica inscrito. Como qualquer significante, ele remete a uma coisa

---

<sup>3</sup> Este processo pode ser relacionado com o que se denomina “a fase do espelho”. Contudo, a fase do espelho é um termo não utilizado ou aprofundado por Bleichmar, de modo que, uma vez que ele vem sendo a referência da compreensão do Édipo laciano até aqui, a opção foi não tratar deste processo através desta conceituação. Não por isso o conceito deixa de estar presente em termos de compreensão: ele está implícito na explicação deste primeiro tempo.

de outra ordem, donde se entende que o filho apenas representa ou remete àquilo que de fato a mãe deseja. Ao mesmo tempo, por isso mesmo, o filho é o significante de uma falta da mãe: ele remete a algo que de fato queria ser suprido. O desejo vem da concepção da falta.

O filho, contudo, sem saber da castração da mãe, sente que de fato é aquilo que a faz feliz e a completa. Ele é o falo para ela e ela, por sua vez, é a lei para ele, lei onipotente. Ambos formam uma unidade narcísica, na qual cada um permite a ilusão do outro: a mãe se sente perfeita, pois tem alguém que a faz se sentir completa, uma vez que para ele, ela é tudo; o bebê, por sua vez, se sente perfeito porque ocupa o lugar daquele que completa alguém.

Ainda que o filho não possa ocupar o lugar de falo simbólico da mãe (no caso de ele não corresponder ao objeto de seu desejo), o falo enquanto aquilo que converteria a mãe em perfeita, em mãe fálica, existirá para ela e permitirá a relação dual no sentido de que o filho vai buscar a identificação com o objeto de desejo da mãe a fim de conquistar sua completude imaginária.

Essa relação dual é imaginária, mas nunca é simétrica, uma vez que a mãe é determinante enquanto exterior e preexistente ao menino: ela é quem lhe traz a identidade ao moldar-lhe o desejo. A consequência dessa concepção de que a mãe é quem converte o menino em falo é preciosa como marco da teoria lacaniana: o narcisismo primário passa a ser entendido como algo que não nasce do próprio menino.

Assim, é possível lembrar a diferença entre a teoria de enfoque interacionista de Freud e a de enfoque intersubjetivo de Lacan. O menino não se constitui sozinho, não é influenciado, apenas, pela interação com a mãe: ele se constitui nas relações.

Além disso, colocando o primeiro tempo do Édipo como estrutura, Lacan instaura a idéia de que, apesar de alguém poder ter passado por esse momento, é possível recair nessa estrutura dual. Esse ponto será retomado algumas vezes adiante, dada sua importância para o propósito deste trabalho.

### *Segundo Tempo:*

O segundo tempo do Édipo laciano traz a figura do pai como personagem de extrema importância para o desenvolvimento do processo edípico. Antes de prosseguir, é interessante ressaltar um aspecto fundamental da teoria de Lacan: a mãe e o pai referidos aqui não são necessariamente os pais biológicos ou o casal parental; eles representam posições que um personagem pode ocupar nesse contexto, tendo determinadas funções e por elas se caracterizando: sua identidade não é dada a priori, é dada na constituição da relação.

O pai tem a função de intervir como um terceiro personagem que vem privar o menino do objeto de seu desejo (mãe) e a mãe de seu objeto fálico. A primeira função pode se dar porque a presença do pai significa o desejo da mãe por ele, representando para o filho a destituição da sua posição de falo: o menino descobre que a mãe prefere outro que não a ele e ele pensa que isto ocorre porque o pai tem algo que ele não tem.

A segunda função de privador do pai só se tornará efetiva se a mãe, além de desejar o pai e colocá-lo no lugar do filho, não tiver uma relação com o pai que reproduza a que teve com o filho: o pai não pode estar situado como dependente do desejo da mãe, como o era o menino. Se o pai ficar dependente do desejo da mãe, ela continuará sendo fálica, de modo que, ainda que o menino tenha perdido sua posição de falo, o pai poderá não completar sua função de privador.

Aqui é possível fazer um esclarecimento: a perda da identificação com o Ego Ideal não é o mesmo que a castração simbólica. O primeiro fenômeno é proveniente da perda do lugar de falo por parte do menino acrescido ao fato de o outro falo que a mãe encontra estabelecer com ela uma relação de dependência pelo seu desejo, o que, na vivência do menino, pode ser chamado de colapso narcisista. Já a castração simbólica provém da perda do lugar do falo por parte do menino acrescido à perda do lugar de mãe fálica por parte da mãe.

Quando a mãe deixa de ocupar a posição de mãe fálica, o menino pode reconhecer que falta algo a ela, o que a faz estar sempre em busca. Isso significa que o filho, além de ver-se desidentificado com o lugar de perfeição que ocupava sendo o falo, passa a ver sua mãe como castrada, no sentido de que também ela é regida por uma ordem que lhe é exterior, que a determina: a ordem da falta. “Este é o essencial da

castração simbólica: no psiquismo do menino é o reconhecimento da castração da mãe e de toda pessoa, inclusive o pai” (Bleichmar, 1988, p. 46).

Uma mãe castrada só pode assim ser percebida se a relação que estabelece com a troca de falo não a converte em mãe fálica. A falta regendo também a mãe significa, para o menino, encontrar o Outro do outro, no sentido que também sobre a mãe há uma lei.

Contudo, no segundo tempo do Édipo, o pai ainda não aparece para o filho como castrado, de modo que a castração simbólica não está finalizada (o que só vai ocorrer no terceiro e último tempo). Nesse momento, o pai é visto como pai terrível por aparecer como interditor do gozo da mãe e do filho em sua relação dual.

É necessário aqui fazer uma explicação do conceito de gozo. *Gozo* é uma expressão lacaniana utilizada para se referir ao prazer sem a limitação da lei, o prazer enquanto não marcado pela falta: a ilusão de se estar completo gozando desta completude. O gozo seria o oposto de desejo no sentido de que o desejo só se constitui a partir da percepção de uma falta, enquanto que o gozo vem para negá-la.

Não completamente revelado por ainda não se constituir enquanto pai simbólico, mas sim enquanto pai imaginário, sua interdição aparece através do discurso da mãe. O pai ainda não é pai simbólico porque o menino ainda crê que o pai é o falo, aquilo para o qual o desejo da mãe se deslocou e que agora é sinônimo de perfeição, daquilo que o menino, portanto, não é. Desse modo, o menino lida com o pai como um rival, ou seja, enquanto outro com minúscula, outro semelhante. Ao mesmo tempo, o pai tem para o menino a função de Outro. Como a mãe do primeiro tempo, o pai do segundo tempo não *representa* a lei; é ele mesmo quem a dita, ele é a lei e assim ainda não é pai simbólico.

Dessa maneira, pode-se pensar que aquele pai que aparece como tirano, como autoridade dominante, pelo contrário do que se pode a priori imaginar, não consegue se desvincular do lugar da lei e por isso impede o processo da castração simbólica. Para que ela se dê, o essencial é que o pai venha como pai simbólico, ou seja, não substituindo o lugar de Outro absoluto da mãe, mas de destituído do poder absoluto deste Outro. O importante é que, ao invés de reproduzir uma relação dual em que

ocuparia o lugar do Outro (que é a lei), o pai venha enquanto terceiro que submete este Outro (mãe) à lei.

Para que a castração simbólica se complete, no entanto, este pai também tem que aparecer como castrado, o que só acontece no terceiro tempo do Édipo.

### ***Terceiro Tempo:***

Como foi visto há pouco, na explicação do segundo tempo do Édipo, a castração simbólica só se completa quando, no terceiro tempo, o pai também aparece como castrado para o menino. Um pai que aparece como castrado significa alguém que aparece submetido à lei, como alguém que a aceita, e que, portanto, não é quem a dita. Nesse último momento do Édipo laciano, nem a mãe (como era no primeiro tempo), nem o pai (como ocorria no segundo tempo) aparecem como sendo a lei: ninguém pode ser a lei pois ela não aparece mais como uma posição que possa ser ocupada por alguém.

No segundo tempo do Édipo, o menino já não é o falo da mãe, mas acredita que o pai o seja. No terceiro tempo do Édipo, o menino, com a castração do pai, deixa de vê-lo como o falo. Isso ocorre porque o falo passa a ser entendido pelo menino como algo que se pode ter ou não ter (simbolicamente), mas nunca ser. Por isso, o menino concebe que não só ele, mas também seu pai, não podem ser o falo da mãe porque ninguém pode sê-lo.

Desse modo, pode-se perceber que, no terceiro tempo, tanto a lei como o falo aparecem como entidades independentes de qualquer personagem. Ninguém pode ocupar a posição dessas instâncias porque elas são superiores a todos, regem a todos.

Segundo Lacan, no último tempo o menino deixa de lado a imagem de perfeição narcísica que a identificação com o Ego Ideal permitia. Ciente de sua incompletude, o sujeito que passa pela castração vê-se imperfeito pois percebe a falta enquanto constitutiva do ser – humano de modo geral. O objeto passa a ser entendido pelo sujeito como perdido desde sempre: não é o mundo que lhe priva, mas sua própria constituição.

Longe de ser um ataque escondido contra um outro imaginado como hostil, porque frustrante, a tristeza seria o sinal de um ego primitivo ferido, incompleto, vazio. Um indivíduo assim não se considera lesado, mas sim atingido por um defeito fundamental, por uma carência congênita. (Kristeva, 1989, p. 18)

Deixar de se identificar com a perfeição (Ego Ideal) significa passar a identificar-se com o Ideal do Ego. O Ideal do Ego é a constelação de traços (características) que testemunham a ocupação de um lugar, o desempenho de alguma função, de modo que estar identificado ao Ideal do Ego significa estar pertencente a algum grupo (por exemplo, o grupo de homens). Essa constelação é formada de elementos significantes dos quais o pai ou a mãe são suporte (suas insígnias, e não a pessoa total do pai ou mãe), e situam aquele que os possui. Desse modo, “o Ideal do Ego está orientado em direção ao que, no desejo do sujeito, representa um papel tipificante, o fato de assumir a masculinidade ou a feminilidade” (Bleichmar, 1988, p. 59).

Após entender a conceituação de Ideal do Ego e sua implicação da identidade da criança que passa pelo terceiro tempo do Édipo, é possível compreender melhor a implicação que a aceitação da lei por parte do menino tem. O pai, que no segundo tempo aparecia como privador terrível, no terceiro tempo aparece também como permissivo. Isso porque, através da lei da proibição do incesto, o pai interdita a relação sexual com a mãe (sendo privador), mas também a permite com as outras mulheres (exercendo aí a função de doador ao possibilitar ao menino o direito à sexualidade).

Essa identidade de ser sexuado outorgada pelo pai diz respeito à apropriação de uma identidade sexual. Essa identificação, e isto é um ponto importante da teoria lacaniana, é algo que se alcança; não deriva da observação anatômica de si mesmo, mas sim da chegada àquilo que se é, pelo que se chama de a inscrição do Nome-do-pai.

Esta inscrição é justamente feita pela função paterna enquanto aquela que outorga a identidade, fornece insígnias, em oposição àquela posição em que se dita a lei, em que se é a lei. Chegar àquilo que se é, permitindo que o sujeito se inscreva em uma norma da cultura, é ter a inscrição do Nome-do-Pai.

O Nome do Pai também significa a nomeação do Desejo da mãe, ou, em outras palavras, sua substituição (processo que logo adiante será esclarecido). A criança só

pode se apropriar de sua identidade porque rompe a unidade mãe-bebê, tornando-se sujeito.

É interessante ressaltar que o termo *sujeito* só pode ser utilizado para identificar aquele que, no Édipo, passou pelo processo a que Lacan nomeou como *metáfora paterna* (pensando em metáfora como formação de um sentido novo através da combinação de significantes). O Édipo lacaniano se encerra no terceiro tempo quando, através deste processo, a substituição do Desejo da mãe pelo Nome-do-Pai produz a significação fálica na criança, e, por consequência, faz emergir o que então se pode chamar de sujeito.

Para entender melhor a constituição da metáfora paterna na criança, é necessário explicitar os conceitos presentes no parágrafo anterior, com exceção do Nome-do-Pai, há pouco esclarecido.

Como já foi visto brevemente, o Desejo da mãe enquanto conceito lacaniano é aquilo que o filho tenta alcançar sendo, de modo a provocar a satisfação na mãe e a ocupar o lugar de quem a satisfaz (falo). O Desejo da mãe, portanto, é tanto aquilo que o bebê assume como seu desejo (assume a meta da mãe para si, como se fosse aquilo que de fato ele mesmo desejasse) como aquilo que ele próprio é, aquilo a que ele se converte ao corresponder ao desejo materno.

A substituição do Desejo da mãe pelo Nome-do-Pai significa se apropriar de um lugar de sujeito, sujeito de sua própria identidade, de seu próprio desejo. Como foi possível ser colocado na diferenciação entre gozo e desejo, esse último só se produz na inscrição da falta: deseja-se porque não se tem, em oposição a gozar a consumação em ilusão imaginária porque não se falta nada, não se reconhece a falta.

O que falta no nível da castração, na medida em que esta é constituída pela dívida simbólica, a alguma coisa que sanciona a lei e que lhe dá seu suporte e seu inverso, o que é a punição, fica absolutamente claro que não é, em nossa experiência analítica, um objeto real. (...) O objeto é imaginário. A castração de que se trata é sempre a de um objeto imaginário. (Lacan, 1995, p. 37).

A significação fálica seria o reconhecimento desta falta na entrada do universo simbólico. O Nome-do-Pai no lugar do que outrora fora ocupado pelo Desejo da mãe

produzindo a significação fálica significa que é por esta substituição que fica possibilitada a produção de significantes próprios da criança: o que *ela* deseja e o que *ela*, portanto, pensa que pode ser seu objeto fálico. A criança torna-se sujeito quando toma contato com sua incompletude e, então cindida entre o consciente e o inconsciente, a partir daí produz sua própria significação fálica frente àquilo que se apresenta como sua falta.

Ser sujeito, portanto, é arcar com as conseqüências de ter de se haver com sua falta, podendo, porém, ser independente no sentido de ter seus próprios desejos (em oposição ao momento em que o bebê assume o desejo da mãe enquanto seu). “Viver é pagar o preço desta independência (da mãe). O Gozo do Todo é impossível”. (Da Costa, 1996, p. 168).

## **2.5. O movimento do desejo para Lacan**

Antes de prosseguir, é importante pontuar que, ainda que existam diferenças do Édipo masculino para o feminino, as diferenças fundamentais na passagem da menina pelo Édipo que podem ser pensadas não significam diferenças representativas na vivência do processo de *alienação* e *separação* a que o trabalho presente se foca.

Ainda que Bleichmar aborde de um jeito ou de outro esses processos, ele não discorre sobre eles o suficiente nesse momento para que este trabalho tenha continuidade. Portanto, a partir de agora, será fundamentalmente utilizada a obra de Bruce Fink (1998), que contempla algumas discussões necessárias para a construção teórica do presente trabalho.

Antes de mais nada, é necessário explicitar que o conceito de alienação utilizado aqui é o que foi apresentado por Lacan no seminário 4, e que o conceito de separação utilizado é o do seminário 11 (no qual o conceito é apresentado). No seminário 11 Lacan fala de alienação de um modo diferente do que fala no seminário 4, de modo que essa indicação se faz importante.

Caracterizemos, então, *alienação* e *separação*. Para uma primeira aproximação com tais conceitos, partindo do que Bleichmar sabiamente introduziu, pode-se dizer que a alienação se relaciona com o Desejo da mãe e separação se relaciona com a

substituição do Desejo da mãe pelo Nome do pai, o que significa a passagem pela metáfora paterna.

A operação de alienação, pensada por Lacan, é o processo de submissão ao Outro. Submete-se tanto ao Desejo do Outro como à linguagem, que é inscrita por este Outro enquanto Código.

Como foi visto anteriormente, a mãe enquanto Código implica que a criança, se colocando como assujeitada ao Outro, seja substituída pelos significantes maternos. Os significantes vão dando uma posição específica ao bebê (se a mãe o supõe inteligente, faminto ou irritado, etc.), e ao mesmo tempo vão lhe apresentando a linguagem em si como algo que o abarca. A sujeição à linguagem pode ser entendida como uma escolha da criança: ela aceita ser representada por palavras e por isso fica submetida ao Outro. Diferentemente da submissão ao Desejo do Outro, a submissão à linguagem se encaminha para que o bebê se torne sujeito.

No caso da submissão ao Desejo da mãe, para que a criança conquiste sua subjetividade, é necessário que haja o que se denomina separação. A separação é o momento em que a função paterna barra a relação dual entre mãe e bebê. A função paterna é um terceiro que realiza uma cisão entre a unidade hipotética mãe-bebê (o termo “hipotética” será posteriormente explicado) ao fazer o bebê se deparar com o desejo da mãe, com aquilo que ela deseja para além dele, em outras palavras, com a própria natureza do desejo enquanto aquilo que não pode ser satisfeito e por isso põe a mãe como castrada em oposição à mãe fálica (à qual nada falta, como já foi mencionado).

A criança gostaria de ser o único objeto de afeto da mãe, mas o desejo desta quase sempre vai além da criança: há algo sobre o desejo da mãe que escapa à criança, que está além do controle desta. Uma identidade estreita entre o desejo da criança e o da mãe não pode ser mantida; a independência do desejo da mãe do desejo da criança cria um corte entre elas, uma lacuna na qual o desejo da mãe, incompreensível para a criança, funciona de uma maneira singular. (Fink, 1998, p. 82)

A lacuna entre o desejo da mãe e o do bebê (o que presentifica a separação) é o que traz à tona a natureza do desejo. Algo no desejo da mãe escapa à criança porque há

algo que não pode ser satisfeito, nem pela criança, nem por nada ou ninguém. O desejo é desejar, de modo que a satisfação do desejo não pode ser completa se não finaliza o processo de busca: uma vez completo, não há mais o que desejar.

*O desejo, a rigor, não tem objeto.* Na sua essência, o desejo é uma busca constante por algo mais, e não há objeto passível de ser especificado que seja capaz de satisfazê-lo, em outras palavras, extingui-lo. O desejo (...) está fundamentalmente preso ao movimento dialético de um significante para o próximo significante e é diametralmente oposto à fixação. Ele não procura satisfação, mas sua própria continuação e promoção: mais desejo, maior desejo! Ele deseja meramente continuar desejando. (Fink, 1998, p. 116)

Aquilo que se busca, aquilo que hipoteticamente completaria, ou seja, aquilo que forneceria satisfação total, não existe. Nada que se encontra pode completar porque não é possível encontrar o que de fato completaria. Mas se é impossível encontrar o que preencheria a falta nomeada pela separação, por que a busca continua? Porque o movimento natural do desejo a perpetua na intenção de deparar-se com aquilo que idealmente supriria a falta e a cada conquista -que sempre se mostrará insatisfatória- a necessidade da busca se atualiza: esquece-se que é impossível encontrar porque o não encontro motiva uma nova tentativa.

Com base na explicação de Fink acerca de um dos mais fundamentais conceitos de Lacan, será possível entender o ponto crucial da conceituação lacaniana de desejo a que se pretende recorrer neste trabalho.

Como vimos, o desejo não tem objeto, de modo que não há como satisfazê-lo. Porém, existe o que se pode compreender como a causa do desejo, denominada por Lacan como objeto *a*. Ainda que não seja um objeto, ele ocupa essa posição porque é procurado como se o fosse, gerando o movimento acima descrito como uma busca infinita.

Com a separação ou, em outras palavras, através do deparar-se da criança com o desejo materno por aquilo que a faz incompleta (por não poder possuir), a criança observa e percebe o Desejo do Outro. Não o Desejo do Outro enquanto algo específico ou enquanto a demanda da mãe para o próprio filho (que, ao correspondê-la, assim estaria ocupando o lugar de falo para a mãe, ilusoriamente completando a falta que a constitui), mas o Desejo do Outro enquanto, simplesmente, capacidade de desejar.

Este seria o objeto *a*. É aquilo que, após a inscrição do Nome do Pai, ou seja, da nomeação do Desejo da mãe, escapa à simbolização. “Esse *a* se apresenta justamente (...) como objeto indeglutível, se assim podemos dizer, que resta atravessado na garganta do significante. É nesse ponto de falta que o sujeito tem que se reconhecer”. (Lacan, 1998, p. 255)

O que escapa à simbolização permanece no real e portanto não é passível de substituição, não é passível de ser “significantizado”, como diz Fink. Isso quer dizer que há algo que não pode ser suprido porque não pode ser preenchido por algo que substitua o que faz falta.

A busca infinita, como aqui vem sendo chamada, assim se faz porque a substituição nunca será satisfatória. E, sem ser por substituição, não há como preencher esta falta com o que de fato o objeto evoca enquanto desejo?

Para responder a essa pergunta, é necessário antes fazer referência ao conceito freudiano de *objetos perdidos*. Para Freud, a idéia de que os objetos são irremediavelmente perdidos não é sustentada; pelo contrário, ele coloca a possibilidade de reencontro e redescoberta com estes objetos.

Lacan repensa este conceito freudiano e, a partir disto, principalmente, é que ele formula o que veio a chamar de objeto *a*. Sua concepção coloca a impossibilidade do encontro do objeto perdido devido à sua inexistência. Conforme mencionado acima, não se pode encontrar o objeto porque ele não existe nem nunca existiu. A falta que se sente não proviria, portanto, de uma perda concreta de um objeto, mas sim da percepção da falta como constitutiva do sujeito.

É desde a relação imaginária primitiva, aquela por onde a criança é doravante introduzida a este mais-além de sua mãe, que o sujeito vê, toca, experimenta o fato de que o ser humano é um ser privado e um ser abandonado. A própria estrutura que nos impõe a distinção entre a experiência imaginária e a experiência simbólica que a normatiza, mas unicamente por intermédio da lei, implica que muitas coisas se conservam dela (...). (Lacan, 1995, p. 218-19)

A criança não formula logo de início essa ausência porque, nos primórdios de sua existência, insiste em ver-se como completa em sua relação materna. É por causa

dessa concepção lacaniana de que o objeto é perdido desde sempre que a relação dual entre mãe e filho pode ser considerada uma unidade hipotética.

Se o objeto, a rigor, nunca foi encontrado, talvez seja porque ele é essencialmente fantasmático por natureza e não corresponde a uma experiência de satisfação *lembrada*. Em primeiro lugar, nunca houve tal objeto: o “objeto perdido” nunca *existiu*; ele é somente constituído como perdido após o fato, na medida em que o sujeito é incapaz de encontrá-lo em qualquer outro lugar que não na fantasia ou na vida onírica. (Fink, 1998, p. 120)

A criança, ao passar pela metáfora paterna, como que perde uma inocência dos primórdios de sua existência nos quais se via como parte da mãe. Ela perde a inocência justamente com a separação dessa relação dual imaginária.

No momento de mamar, por exemplo, o bebê não se percebia separado do seio da mãe; assim, ainda que o encontro entre ele e o seio não tenha sido perfeito (porque nunca o é: a mãe sente dor, o bebê erra a boca, a mãe demora para suprir a fome do filho, etc.), não era possível formalizar tal momento como imperfeito.

Pensando perfeição enquanto completude, o que vem sendo feito desde o início neste trabalho, só resta conceber imperfeição enquanto falta. O momento não pode ter sido percebido como imperfeito porque o bebê ainda não se via cindido do corpo de sua mãe. Portanto, este momento é lembrado como tendo sido ideal, ainda que não tenha sido.

É uma lembrança de que existiu algo que completava, que fazia tudo ser melhor, o que tem como consequência a oscilação entre o pensamento de algo ter sido perdido e o pensamento de que este algo ainda pode ser encontrado, acabando por perpetuar a busca por aquilo que escapa ao simbólico.

A perpetuação dessa busca pelo objeto implica o retorno do sujeito ao processo de alienação e separação. Por quê? Para responder a essa pergunta, é necessário retomar algumas questões.

Ao pensar no processo de alienação como alienação no Desejo do Outro, ou seja, alienação de si enquanto sujeito de seu próprio desejo, fica claro que essa operação

muito se relaciona com o primeiro e o segundo tempos do Édipo, uma vez que a relação dual entre mãe e bebê ainda não permite que a criança desenvolva sua subjetividade.

A apropriação de si enquanto sujeito só pode ocorrer quando a cisão da relação dual entre mãe e filho acontece, de modo que, através da metáfora paterna, o Desejo do Outro seja substituído pelo Nome do pai. Esse processo de cisão – que vem finalizar a passagem pelo Édipo, a castração como foi discorrido acima – define o que é a operação de separação pensada por Lacan.

Desse modo, enquanto a alienação diz respeito aos dois primeiros tempos do processo edípico, a separação, enquanto interrupção da alienação no Desejo do Outro, pode ser relacionada ao último tempo do Édipo.

No entanto, apesar de a alienação ser esperada nos dois primeiros tempos e a separação ser esperada no terceiro tempo do Édipo, essas operações não se restringem à passagem edípica. O que explica a amplitude desses processos é a concepção estruturalista do Édipo lacaniano. As relações edípicas não são compreendidas por Lacan como estágios do desenvolvimento sexual infantil. Apesar de as crianças passarem por este processo, isto não significa que não se pode retornar, em diferentes momentos da vida, a posições e relações que o processo edípico define sem que isso represente um retroceder em seu desenvolvimento.

As operações de alienação e a separação se sucedem constantemente e ciclicamente durante a vida de um sujeito. Este é o ponto crucial deste trabalho: é a partir dessa compreensão que a relevância do processo edípico na constituição de uma pessoa e no decorrer de sua vida pode ser pensada. Não porque as posições edípicas se *fizeram* fundamentais, mas porque elas ainda *se fazem* no sentido de ainda serem vivenciadas.

A alienação se repete ao longo da vida porque, na tentativa de se reaver o objeto *a*, o sujeito se aliena em um desejo: ele se propõe alcançar um objeto que supõe ser aquilo que lhe falta para ser completo (falo) e que, portanto, ao ser conquistado, provocaria sua completude. A alienação, portanto, seria fruto da tentativa de manter-se completo ainda que o sujeito esteja cindido da unidade mãe-bebê. Como existe um resto que não se submeteu à simbolização após a separação da unidade hipotética, mantendo-se como uma parte do Outro materno que a criança carrega idealmente após o processo

de cisão (objeto *a*), é possível que o sujeito se agarre a ele enquanto meta real, a fim de ainda poder conceber sua completude real.

Ao clivar-se desse resto, o sujeito dividido, embora excluído do Outro, pode sustentar a ilusão da totalidade; ao apegar-se ao objeto *a*, o sujeito é capaz de ignorar sua divisão. Isso é precisamente o que Lacan classifica como fantasia (...). É na relação complexa do sujeito com o objeto *a* (...) que o sujeito obtém uma sensação fantasmática de completude, preenchimento, satisfação e bem-estar. (Fink, 1998, p. 83)

Isto a que Lacan chamou fantasia é por onde o sujeito demonstra o modo como deseja estar posicionado frente ao objeto *a*, ou seja, frente ao Desejo do Outro (fazendo-se, portanto, diga-se de passagem, grande material de análise). Desse modo, fica claro que o apego pelo objeto *a* constitui uma maneira de não se desvencilhar da possibilidade de ser desejado pelo Outro de determinado modo que faria o sujeito sentir-se/ser completo.

Pensando no objeto *a* como causa de todo desejo, é possível compreender que, na busca por qualquer coisa, o que de fato se está procurando é a maneira que se idealiza de ser desejado pelo Outro. Assim, desejar é alienar-se, porque todo desejo remete ao objeto *a*, e o objeto *a* é sempre o Desejo do Outro. Não existe desejo puro no sentido de ser livre da marca do Outro, porque está sempre remetendo ao objeto *a*. Conforme explicita Quinet (1951, p. 81): “De uma certa forma esse objeto *a*, objeto da pulsão, é sempre um objeto do Outro, na medida em que o sujeito supõe ser do Outro.”

Em outras palavras, desejar é alienar-se porque o sujeito se aliena na possibilidade de obter uma sensação real de preenchimento através do que nunca poderá ser real porque não existe de fato (é desde sempre perdido, a falta é o que existe). Justamente porque há um resto que escapou à simbolização (objeto *a*), aquilo que o preencheria de fato só poderia ser da ordem do real: uma vez que não foi simbolizado, o objeto *a* não pode ser completamente satisfeito com um falo simbólico. O sujeito se aliena, então, porque acredita que aquilo que elege como objeto fálico vai poder completá-lo no registro do real. Mas qualquer objeto que se almeje alcançar, quando conquistado, provoca a decepção de não ser “aquilo que se procurava” porque aquilo a que remete é inalcançável.

Derivada da explicação acima, surge a possibilidade de formalização de outra propriedade do processo de alienação. Como aquilo que se procura nunca será encontrado no real, e o objeto *a* conservará a esperança desse encontro, a alienação será cíclica: constantemente haverá uma nova eleição de um objeto a ser alcançado. Para além da característica de provocar eternamente angústia, a alienação também tem um lado positivo se alternada com os momentos de separação: na busca pelo preenchimento, o sujeito se sente compelido a seguir sua vida na busca por conquistas. Desse modo, pode-se pensar no movimento do desejo como o motor da vida.

Por exemplo, um sujeito pode pensar que quando estiver formado, quando terminar a faculdade, será completo. Atrás dessa possibilidade de encontro com aquilo que supriria a falta, o sujeito acaba por de fato finalizar seu projeto. Nesse sentido, construindo a especificidade de um exemplo, a formatura poderia ser vista por ele como “o dia em que vou ser feliz”. A formatura chega e, como provavelmente também foi o encontro do bebê com o seio da mãe, ela não é perfeita. Então o sujeito se depara com a insatisfação, a decepção que pode significar a separação, porque “não era bem aquilo” que procurava. Porque foi castrado em sua idealização de completude é que logo, deparando-se com sua falta lembrada, pode idealizar outro objeto, esquecendo de sua impossibilidade de estar preenchido completamente. Assim, aliena-se novamente, por exemplo, na aquisição de um emprego. Conquista-o e novamente percebe que “não era bem aquilo”. Porém, alternando os momentos em que se depara com sua “insatisfação crônica” com os momentos de busca obstinada por um objeto que esquece de se lembrar como apenas o significante de uma falta, o sujeito vai seguindo a vida.

Nesse momento, a recuperação das definições de falo enquanto o significante de uma falta ou significante do desejo permite sua melhor compreensão. O significante, como já foi visto, é aquilo que está no lugar de algo de outra ordem. O objeto que o sujeito se propõe alcançar corresponde ao significante, e aquilo a que remete, aquilo que é de outra ordem, aquilo que é substituído pelos significantes por ser em si inalcançável, é o objeto *a*, a causa de todo desejo: a falta que formaliza um desejo a fim de ser completa e que ao mesmo tempo aponta para a falta do Outro.

São muitos os objetos que vão continuamente tentar ser alcançados a fim de que uma completude seja obtida porque, como já foi dito, um a um, quando conquistados,

vão mostrando-se insatisfatórios (não podem satisfazer totalmente, apenas parcialmente-se percebido enquanto simbólico). Esse movimento caracterizado acima é o que define o deslocamento significante: o objeto de desejo que de fato provocaria o preenchimento de uma falta (através do alcance do Desejo do Outro), desloca-se -em termos lacanianos- metonimicamente, ou seja, é substituído constantemente, mantendo apenas, na impossibilidade de completude real e absoluta, aquilo que constitui o sujeito: a falta, a não realização do posicionamento idealizado perante o Desejo do Outro.

Nos intervalos do discurso do Outro, surge na experiência da criança, o seguinte, que é radicalmente destacável- *ele me diz isso, mas o que é que ele quer?* Nesse intervalo cortando os significantes, que faz parte da estrutura mesma do significante, está a morada do que, em outros registros de meu desenvolvimento, chamei de metonímia. É de lá que se inclina, é lá que desliza, é lá que foge como o furão, o que chamamos desejo. O desejo do Outro é apreendido pelo sujeito naquilo que não cola, nas faltas do discurso do Outro (...). (Lacan, 1998, p. 203)

A partir da noção dessa incompletude enquanto constituinte do sujeito, a operação de separação, ainda que já anteriormente referida, pois está implicada no processo de alienação, pode ser melhor especificada, podendo assim receber, finalmente, o espaço que merece neste capítulo. Pode-se dizer que a separação se repete ciclicamente se consegue espaço para vivência em registro simbólico justamente porque a conquista do objeto almejado (significante do desejo e da falta) sempre provoca uma decepção pela descoberta de que “não era bem aquilo” que se desejava obter.

Se, na primeira separação (a que ocorre no terceiro tempo edípico) a criança rompe a possibilidade de completude com a mãe, nas separações que se procedem após a cisão da unidade hipotética mãe-bebê, o que ocorre é o rompimento da idéia de completude em si: é a quebra de uma sensação hipotética de completude através da separação entre o sujeito e aquilo que ele pensou que o completaria.

É muito interessante perceber que a separação não consiste na interdição do contato entre o sujeito e o objeto que o completaria pela ação de um terceiro. É o próprio objeto que se mostra insatisfatório e faz a função de interdição da completude (impossível) ao relembrar a falta enquanto constitutiva.

A ausência só pode ser vista como constitutiva e assim romper a possibilidade do objeto de desejo significante de uma falta completar se a separação puder operar. Veremos o que ocorre se a operação da separação não operar mais adiante. O que é relevante dizer agora é que, ainda que a separação traga a falta como insuperável, isso não significa que outra alienação não pode ocorrer. Muito pelo contrário, como vimos, é nessa alternância entre alienação e separação que o objeto *a* permanece como causa de todo desejo por fazer o sujeito, ao tentar alcançá-lo, esquecer de sua incompletude.

Percebe-se aqui que os dois processos estão interligados e seguem-se um ao outro de modo que o sujeito, regido pela falta, entra nesse ciclo.

Para finalizar este capítulo, pode-se dizer que é justamente essa conceituação de falta e de busca cíclica que se procurava atingir aqui a fim de conceber o desejo para Lacan.

O Édipo lacaniano foi explicitado neste capítulo a fim de, especificamente, poder revelar a origem dos processos de alienação e separação. O que consiste no ponto fundamental para este trabalho é a compreensão dessas operações enquanto cíclicas na vida de um sujeito cindido, ou seja, de um sujeito marcado pela falta e pelo desejo de supri-la.

A explicação da constituição desse sujeito vai exigindo o esclarecimento de vários conceitos da teoria de Lacan que acabam por proporcionar um entendimento mais amplo de suas considerações, colaborando para a discussão que o presente trabalho pretende fazer. É a partir desses conceitos que se abordará o tédio no próximo capítulo.

### **3. O tédio em uma perspectiva lacaniana**

Como foi dito no primeiro capítulo, uma re colocação das particularidades do tédio seria feita após a elucidação de conceitos da teoria lacaniana. A isto se propõe este terceiro capítulo, na medida em que se acredita que a perspectiva teórica escolhida pode permitir melhor compreensão acerca do fenômeno do tédio.

É possível iniciar esta releitura do tédio a partir da lembrança de sua definição dada no início deste trabalho. Resumidamente, o tédio é um estado mental que revela uma ausência de significado pessoal, resultando em uma sensação de insatisfação e perda que se origina e ao mesmo tempo se manifesta no que se pode definir como “falta”.

#### **3.1. A falta e o tédio**

Nos capítulos anteriores, a questão da falta foi amplamente discorrida. A falta enquanto ausência de algo pouco definido traz à tona a seguinte pergunta: o que falta? Nos dois momentos, a falta foi entendida como aquilo que remete a algo que sempre se faz presente enquanto ausência.

No capítulo do tédio, a falta, como mencionado acima, seria a inexistência de um significado pessoal. Porém, além disso que remete diretamente ao que se entende por tédio, abordou-se o que se denominou “infância perdida”, período associado à completude a que nunca se pode retornar.

No segundo capítulo, a falta, complementando a idéia de um passado cuja satisfação idealizada seria inalcançável, foi definida como algo que sempre existiu. Nesse sentido, a infância seria perdida desde sempre, mas assim formalizada apenas após a criança poder se deparar com sua falta enquanto constitutiva de sua identidade de sujeito, ou seja, apenas após sua passagem pelo processo edípico.

### **3.2. Resposta ativa e resposta inativa**

A resposta ativa e a resposta inativa que são associadas à vivência do tédio revelam diferentes formas de lidar com a falta.

A incapacidade de ação parece estar próxima a um estado de insatisfação no qual a incompletude humana não é concebida. Nesse caso, o tédio seria a manifestação do incômodo perante a falta, que mesmo que não seja (ainda) nomeada como tal, age provocando a vivência de uma ausência. O indivíduo se entendia porque nada se coloca para ele como possível de completá-lo. Sua idealização por uma satisfação total implica em uma recusa da satisfação parcial como possibilidade. Vive-se o oposto extremo da ilusão de preenchimento: se antes o sujeito pensava poder ter tudo e ser total, agora ele se depara com o fato de nada poder completar.

A sensação de que nada pode gerar satisfação resultaria no tédio. Se não há nada que pode completar, não há no que se concentrar, não há nada pelo qual se possa interessar: não há nada que se possa querer conquistar porque conquista nenhuma é completamente satisfatória.

Aquele que, no tédio de resposta inativa, concebe a impossibilidade de ter alguma satisfação continua vivendo a ilusão da totalidade, mas dessa vez é uma totalidade vazia. Nesse momento, portanto, o indivíduo permanece no registro predominantemente imaginário, no qual ou se é completamente satisfeito, ou completamente insatisfeito. Na lógica cristalizada do “tudo” ou “nada” que define o universo imaginário, o tédio de resposta inativa representaria a vivência do “nada”.

A vivência do imaginário indica para uma castração simbólica não efetivada uma vez que a ausência é vivida imaginariamente. A passagem pelo processo de separação significaria a entrada no universo predominantemente simbólico.

Por sua vez, a resposta ativa pode ser associada, em oposição à incapacidade de ação, a uma esperança de se fazer inteiramente completo. O indivíduo pensa que há o que fazer porque há o que buscar para romper a sensação de incompletude. A validação da ação ocorre porque a falta é vista neste caso como algo que pode ser inteiramente suprido. A idealização da satisfação total através da possibilidade de preenchimento representa a vivência da polaridade imaginária “tudo”.

Ao utilizar os conceitos lacanianos vistos anteriormente, é possível entender tanto a resposta inativa como a resposta ativa frente ao tédio como o momento correspondente ao processo de alienação. Apesar de a última aparecer mais claramente como “alienação” porque se faz positiva enquanto busca por completude, ambas assim se definem pois em ambas há alienação na possibilidade de completude, ou seja, a totalidade do imaginário é concebida nas duas respostas. A diferença é que uma se caracteriza pela correspondência à totalidade vazia e outra pela correspondência à totalidade preenchida.

### **3.3. A vivência no registro imaginário**

Ao lembrarmos o processo da castração simbólica é possível compreender melhor porque a vivência da totalidade vazia significa a concepção imaginária de completude. A operação da separação descrita por Lacan como a substituição do Desejo da mãe pelo Nome do Pai descreve o momento da cisão da criança com sua mãe enquanto unidade idealizada, não somente porque ela deixa de se ver como o falo da mãe, mas porque ela deixa de ver sua mãe, bem como seu pai, como seres completos. Isto significa que a criança se depara consigo mesma enquanto incompleta e, a partir do que a passagem pelo Édipo pode ser concluída, se depara também com a incompletude de seus pais.

Pensando na vivência predominante do registro imaginário, uma questão pode ser colocada: para alguém que vivencia o “nada”, há alguém que vivencia o “tudo”. Desse modo, ainda que o indivíduo seja frustrado em sua conquista de objeto de desejo, ele sustenta a possibilidade de completude no outro e por isso não é castrado. Como vimos, a castração de fato opera simbolicamente quando a saída dessas polarizações se dá, o que é diferente da frustração de seu desejo.

Frustrar-se é viver o “nada”, enquanto que ser castrado é se haver com a parcialidade. A incompletude ainda é vivenciada como frustração e não como castração para aquele que responde ao tédio inativamente. Aqui podemos pontuar uma diferença importante: *frustração* não equivale a *separação*, uma vez que a última implica na realização da falta como constitutiva e a frustração simplesmente refere-se à não conquista do objeto de desejo, sem que haja tal compreensão: na frustração, a falta é

apenas sentida como vazio, mas não é entendida como insuperável. Ou seja, a frustração é a falta vivida no registro imaginário enquanto que a separação é a falta vivida no registro simbólico.

Vimos no capítulo anterior que no terceiro tempo do Édipo o falo e a Lei passam a ser vistos independentes de qualquer personagem, função ou posição que possam desempenhar. Isso significa que com a passagem pelo processo edípico o falo e a Lei passam a ser entendidos como entidades superiores a qualquer personagem, algo que, portanto, rege a todos. Assim, é com a passagem pelo processo de castração simbólica que todos passam a ser vistos pelo sujeito como marcados pela falta do falo e submetidos à Lei enquanto quebra do narcisismo do Ego Ideal: ninguém pode estar, sem ser na ilusão imaginária de completude, com o falo imaginário e, muito menos, ninguém pode sê-lo, donde se conclui que não há possibilidade de preenchimento total.

Como vimos, essa conclusão só pode se dar quando o sujeito passa pelo processo de castração simbólica. Ou seja, enquanto o rompimento da vivência predominantemente imaginária não se dá, a completude continua sendo concebida ainda que na figura de um outro possuidor.

### **3.4. O tédio e a alienação**

É importante lembrar que a substituição do Desejo da mãe pelo Nome do Pai resulta na significação fálica. Isso pode ser entendido como a instalação do desejo do próprio sujeito que, uma vez assim constituído, pode ser dono de suas próprias significações (ainda que não se desvincule do que foi e é inscrito pelo Outro, conforme veremos).

O desejo só pode existir porque existe a falta: ele se origina do processo de separação. Contudo, o desejo também permite a alienação uma vez que se almeja que ele seja alcançado em sua totalidade. Ainda que a falta só possa ser preenchida de fato pela conquista simbólica do desejo, ou seja, pelo falo simbólico (de modo que a concepção da incompletude para ter entrado em vigor), a alienação deriva daí. Em outras palavras, temos desejo porque somos castrados, mas porque temos desejo também podemos nos alienar.

Mesmo que Lacan coloque a alienação como um processo à parte do da separação, essa discussão ganha importância, pois denota a relação entre as duas operações. O movimento cíclico de alienação-separação se justifica porque o final de um processo desemboca no início do outro, e assim sucessivamente. Assim, a separação é marcada pela finalização ou quebra da alienação da mesma forma que a alienação tem início após a passagem pela castração.

A castração simbólica decorrente da percepção de si e dos pais enquanto castrados promove o abandono do Desejo da mãe, ou seja, o rompimento com o Desejo do Outro. Por conseguinte, isso significa deparar-se com o próprio desejo. Contudo, como foi visto no segundo capítulo quando a alienação foi explicada, nenhum desejo é livre da demanda do Outro, nenhum desejo é puro, todo desejo é, em certa medida, Desejo do Outro. Por isso, ir atrás de seu próprio desejo também é alienar-se.

Desse modo, novamente se constata que buscar a realização de seu próprio desejo é ao mesmo tempo resultado do processo de separação e início do processo de alienação. A alienação se dá, sobretudo, porque aquilo que se busca obstinadamente como objeto de desejo nunca se lembra de ser visto como algo que remete à falta (aquilo que é de outra ordem), de modo que perde o lugar de simbólico e é buscado ao nível do real. Apesar de a castração instaurar a noção de que toda satisfação só pode ser parcial, a cada vez que se deseja algo, a busca por sua realização desemboca numa alienação: é impossível ir atrás de algo sem esquecer-se da impossibilidade de completude porque todo alcance almejado quer ser total.

A conquista do desejo, porém, leva a uma nova castração simbólica: separa-se do que fora visto como potencialmente completude devido à incapacidade do objeto de fornecer tal preenchimento. Aqui também é possível perceber a interdependência dos movimentos de separação e alienação. A alienação é finalizada com a separação: rompe-se o estado alienado quando a separação interdita (pela inexistência de) a satisfação completa.

Assim, da mesma maneira em que o processo de alienação e o de separação são interligados de modo a fazer um movimento cíclico, o tédio (tanto o de resposta ativa como o de resposta inativa), para ser finalizado, deveria ser barrado através de uma operação de separação, fazendo também um movimento cíclico.

### 3.5. O tédio associado à reflexão

O tédio está associado à reflexão, e, em toda reflexão, há a tendência a uma perda do mundo. As distrações perturbam a reflexão, que, no entanto, será sempre um fenômeno passageiro. O trabalho é, muitas vezes, menos entediante que o lazer, mas quem defende o trabalho como tratamento contra o tédio está confundindo a supressão temporária de um sintoma com a cura de uma doença. (Svendsen, 2006, p35)

A citação acima trata de muitos aspectos ao mesmo tempo, todos eles interessantes para a discussão que vem sendo feita neste terceiro capítulo, de modo que serão explicados aqui.

Quando Svendsen declara que o tédio está associado à reflexão, ele está se referindo à vivência de uma ausência que se manifesta através da sensação de que se poderia estar vivendo uma vida mais substancial. A perda de mundo que o autor relaciona à reflexão diz respeito a essa sensação, ao sentimento de insatisfação no qual tudo passa a ser questionado. O sujeito como que perde o mundo quando questiona suas referências e passa a concebê-las como insuficientes, abalando assim toda uma organização psíquica: nada mais parece interessante.

Vale lembrar que essa vivência da falta que corresponde ao tédio não é a mesma vivência que se dá através do processo de separação. No tédio, a ausência vivida não é nomeada como falta constitutiva, pois a castração simbólica não está operando. Por isso, caracterizando a operação da alienação, a ausência apenas se manifesta enquanto sensação de vazio e incômodo.

O que impede que a reflexão vá de encontro à constatação da incompletude é a ação do imaginário, própria da alienação e, portanto, própria do tédio. Ainda que no tédio não se tenha chegado à concepção da falta como insuperável (do preenchimento como inalcançável), ela vem se mostrar como um fato (não nomeado). Contudo, quando o sujeito aliena-se na possibilidade imaginária de completude, ele deixa de viver a ausência e, portanto, a reflexão.

Ora, se o tédio é alienação, como pode ser o que distrai a reflexão do tédio também alienação? Não seria um movimento contrário ao primeiro que viria rompê-lo? Svendsen pensa que a reflexão da falta é interrompida pela alienação porque

possivelmente está considerando a percepção da falta que ocorre no tédio como a mesma percepção que ocorre na castração simbólica.

Nesse sentido, ele concebe que a alienação distrairia o sujeito em sua noção da falta enquanto constitutiva uma vez que ela viria romper a constatação da incompletude pela afirmação do preenchimento e conseqüente busca por objetos de desejo significantes de uma falta. A lógica do imaginário, como vimos, corresponde à crença de que é possível ser completo.

Contudo, sabemos que o sujeito que está imobilizado no tédio de resposta inativa não está concebendo sua incompletude e acostumando-se com a idéia de satisfação parcial. Muito pelo contrário, o sujeito entediado está alienado ao conceber que seu vazio é resultado da sua não correspondência à uma perfeição. Alienado porque essa totalidade na verdade não existe de modo que quando ele elege um objeto de desejo e o busca (resposta ativa frente ao tédio), está se alienando na possibilidade desse objeto, ao ser conquistado, lhe fornecer a idealizada completude.

Desse modo, na verdade a percepção da falta que caracteriza a reflexão do tédio pode ser equiparada, não ao processo de castração simbólica como se poderia cogitar primeiramente como Svendsen, mas ao processo de alienação próprio da resposta ativa perante o tédio.

A noção de reflexão que Svendsen atribui ao tédio se relaciona muito mais com o conceito de *angústia* de Lacan do que com a constatação de incompletude própria da castração simbólica. Expliquemos brevemente tal conceito. A angústia seria o incômodo resultante da tentativa de suprir o que não pode ser suprido, o que não consegue ser suprido. É a partir desse incômodo proveniente da não correspondência entre o que se encontrou e o objeto *a* que a falta se coloca como fato mas não por isso percebida enquanto impossível de ser simbolizada.

A angústia, ao mesmo tempo em que denuncia a impossibilidade de preenchimento, se mantém e assim se constitui porque nega a percepção desse limite, não por isso podendo vencê-lo: o campo do Outro, o Desejo do Outro é inacessível em sua realidade. Há uma parte que ao escapa conhecimento do sujeito. “O que resta do *não sei* angustiante é fundamentalmente desconhecimento, desconhecimento nesse nível especial do que é, na economia de meu desejo de homem, o *a*” (Lacan, 1997, p. 368).

O tédio caracterizado como um fenômeno passageiro consiste no aspecto fundamental a que se pretendia discorrer através desta citação. Se o tédio é passageiro, é porque as distrações que finalizam a reflexão são inevitáveis. Ao conceber o tédio referido como o tédio de resposta passiva, é possível entender a alienação na imobilidade como passageira, ao passo que o tédio de resposta ativa é o que consiste no “inevitável”.

Contudo, também a alienação na resposta ativa é definida como passageira. “A supressão temporária de um sintoma” revela o entendimento de que a resposta inativa seria um sintoma, e que as distrações, especificadas nas buscas pelos objetos de desejo da alienação na resposta ativa, seriam o que possibilitaria o desaparecimento temporário desta imobilidade ou passividade.

Se a passividade é apenas um sintoma, o que seria aquilo que Svendsen denominou “doença”? Em outras palavras, a imobilidade é um sintoma de quê? Aquilo a que a resposta inativa se remete corresponde à vivência da falta que, como já foi dito, ainda que não nomeada, se faz presente ao ser sentida como ausência.

Ocupar-se, seja com trabalho, lazer ou qualquer outra busca de realização de desejo não promove o desaparecimento da falta, mas sim a temporária suspensão de sua vivência. O trabalho muitas vezes é referido menos entediante do que o lazer; isso pode ser entendido se considerarmos as demandas do trabalho como o Desejo do Outro, ao passo que o lazer seria mais produto da significação fálica: o que o próprio sujeito deseja ainda que não libertado da influência do Desejo do Outro (por exemplo, a própria obrigatoriedade transmitida pela sociedade de “aproveitar” o tempo livre/ de lazer). O trabalho pode ser menos entediante justamente porque não obriga o sujeito a deparar-se com sua falta. Desejar é querer suprir o que falta e, portanto, significa conceber a falta. E a percepção da falta pode ser muito mais entediante do que a simples correspondência ao Desejo do Outro.

Mas seja no trabalho, seja no lazer, a falta não pode ser suprida porque o todo é inatingível. Ou seja, a falta permanece: não se pode curá-la, mas seu sintoma, a imobilidade, pode sumir através da alienação na resposta ativa. Essa alienação apenas permite o afastamento da experiência de incompletude, mas o que a resposta ativa encontra não suprirá de fato nenhuma falta, de modo que a incompletude permanece.

Assim, quando a conquista do objeto de desejo se dá e logo se mostra insuficiente, ou o sujeito passa para a operação de separação ou, se a castração não operar, retorna à imobilidade porque a frustração da não aquisição do lugar de perfeição acontece. De qualquer maneira, a falta é experimentada.

Fica claro o movimento cíclico da alienação e separação ou alienação na resposta ativa e alienação na resposta inativa como provenientes de uma falta que não pode ser extinta, independentemente da maneira como ela é concebida (elaborada enquanto constitutiva ou não). Svendsen, no entanto, ainda não coloca a impossibilidade de “cura” do tédio neste momento, apenas diz que a alienação na resposta ativa não corresponderia a ela pois apenas permite uma suspensão temporária da vivência do vazio que define a natureza dos sujeitos.

No entanto, o autor acaba por definir o tédio como um problema insolúvel, pois entende o significado pessoal enquanto algo inalcançável: “É preciso aceitar o tédio como um dado incontornável, como a própria gravidade da vida. Não é uma solução grandiosa - mas não há solução para o tédio” (2006, p.169).

O que faz Svendsen dizer que o tédio é um problema insolúvel não é apenas o fato de que aquilo que se coloca como significado pessoal não pode se sustentar nesta posição para sempre (da mesma maneira que algo não pode ser interessante para sempre), o que o faz inalcançável. O que contribuiria para a não resolução do tédio na opinião do autor é o fato de que, apesar de ser impossível de ser completamente e constantemente suprido, o significado pessoal para sempre reclama sua existência. Porém, como essa existência se faz inviável, a falta nunca deixa de se fazer presente através da ausência pela qual se apresenta.

Para pensar esta questão em termos lacanianos, situando-a na teoria referênciada deste trabalho, há que se mencionar o objeto *a*. O objeto *a* enquanto aquilo que causa todos os desejos na tentativa de recuperar uma satisfação que nunca existiu, está fadado a nunca ser alcançado: como é inexistente ao nível do real e como não aceita substituição, ou seja, não pode ser simbolizado, nunca será alcançado.

No entanto, da mesma forma como foram caracterizadas as propriedades do significado pessoal (na concepção primeira de Svendsen: a romântica), não é porque o objeto *a* se mostra incapaz de ser suprido que ele deixa de ser clamado. A falta que ele

faz, ainda que por vezes descoberta como problema insolúvel (momento próprio da separação), não resulta em um conformismo definitivo perante a incompletude. Aquilo que escapa à simbolização é, ao mesmo tempo, aquilo que nunca será suprido e aquilo que nunca será aceito como tal. Em toda alienação esquecemos de nossa incompletude e buscamos a totalidade da meta traçada.

O real é em essência aquilo que resiste à simbolização e, portanto, resiste à dialetização característica da ordem simbólica, na qual uma coisa pode ser substituída por outra. Nem tudo é substituível; algumas coisas não são intercambiáveis pela simples razão de que elas não podem ser “significatizadas”. Elas não podem ser encontradas em outro lugar, uma vez que tem o estatuto de Coisa, exigindo que o sujeito volte a elas repetidas vezes. (Fink, 1998, p118)

Neste paralelo, o significado pessoal para Svendsen seria o equivalente ao objeto *a* para Lacan, uma vez que ambos correspondem ao que revela a falta enquanto natureza humana. Constantemente tentando superá-la (através da busca pelo que sempre vai remeter ao significado pessoal/ objeto *a*), o que se obtém não passa da confirmação dela mesma.

Não podemos esquecer que Svendsen também coloca, para além da compreensão romântica do significado pessoal, a possibilidade de entendê-lo como problema em seu excesso, em contraposição ao problema ser sua ausência. Se o excesso é uma questão, é porque mesmo em grande quantidade o significado pessoal não supre e então denuncia a falta. Se o objeto existe em abundância, ele não pode ser o objeto *a*, pois este é da ordem do inalcançável. Nesse caso, então, o significado pessoal estaria sendo entendido, justamente em oposição ao objeto *a*, como significante de uma falta e não como a falta em si. Ou seja, quando Svendsen fala da ausência de significado pessoal pela impossibilidade de seu encontro, ele está se remetendo à inacessibilidade de alcance do objeto *a*, mas quando se refere ao significado pessoal como excesso da modernidade, está se remetendo aos objetos de desejo significantes de uma falta.

Ainda que as duas concepções sejam opostas, elas apontam para a concepção da falta em geral. Svendsen percebe que algo falta seja pelo excesso de objetos de desejo que nada suprem (e assim só provocam a angústia lacaniana), seja pela ausência do objeto *a*, que nunca se alcança. Sua própria conceituação da falta, que mistura a falta do

objeto imaginário com a falta do objeto real, pois ora é percebida na castração ora na frustração, já indica para a confusão que a própria falta enquanto constitutiva faz: é uma falta imaginária do objeto que quer ser suprida em nível real quando o sujeito se aliena de sua castração.

### **3.6. Consumismo e alienação**

Quando Svendsen menciona os placebos sociais, fica claro como a sociedade se incomoda com o vazio de seus indivíduos e ao mesmo tempo dele se aproveita. Assim, necessidades são criadas a fim de vender a promessa de que um dia o problema será resolvido. Basta que o sujeito compre ou adquira algo. Contudo, logo depois da aquisição de um celular modelo novo, por exemplo, surge um ainda mais novo. E para o sujeito de fato ser feliz há de ser o que há de mais atualizado no mercado: o que não foi o último a ser lançado já é velho.

Nesse sentido, é possível perceber que o consumismo se adéqua à natureza faltante do sujeito. Pode-se dizer que o consumismo é a maneira mais fácil de se alienar. Nem é preciso pensar demais, discorrer acerca de seu próprio desejo, porque as propagandas dizem a que ele corresponde. E assim que ele deixa de se sustentar como “aquilo que faltava”, logo a televisão ou qualquer *outdoor* cuida de colocar outro objeto de desejo em seu lugar.

As propagandas acabam por ser o alvo da crítica porque são nitidamente alienantes. É fácil perceber, por exemplo, o quão absurdo é pensar que na compra de um iogurte, o homem poderá ter as mulheres que quiser. A propaganda coloca conquistas desproporcionais perante o que o produto simboliza, justamente porque é assim que consegue valorizá-lo.

Ao lembrarmos a explicação feita no segundo capítulo acerca do falo como aquilo que circula e assim define as posições dos sujeitos (aquele que tem o falo, aquele que não o tem, etc.), podemos novamente fazer referência a Bleichmar (1988) em sua compreensão de Levi-Strauss sobre o intercâmbio de mulheres, o que ganha aqui um sentido específico especial. A concepção do antropólogo é de que as mulheres circulam entre os homens de tal maneira que acabam por lhes conferir determinadas posições nas estruturas de parentesco.

A promessa feita pela propaganda da conquista de mulheres através da aquisição do iogurte denota a ocupação das mulheres enquanto falo, significantes de um desejo, de uma falta, por onde estariam circulando. Assim, quando se consome o iogurte, não se consome apenas ele, mas principalmente a idéia de aquisição de significado pessoal através da alienação na possibilidade de conquista da posição fálica. Em outras palavras, o que é consumido é a idéia de completude.

Mas se de fato fosse viável a completude, o consumismo não se efetivaria. Afinal, bastaria comprar uma vez. No entanto, como os sujeitos são regidos, nas operações de alienação e separação, pela busca do preenchimento, a sociedade capitalista pode muito satisfatoriamente se sustentar. Tudo pode ser mercadoria: um celular, um carro, um espetáculo de comédia - que vende das mais cobiçadas mercadorias de hoje em dia: o riso - uma casa, uma viagem, tudo aquilo que metonimicamente (ou seja, por deslocamentos consecutivos provenientes a cada nova alienação) vai buscando a vida ideal, na qual a felicidade que se originaria da completude eternamente “ainda vai chegar”.

Em alguns projetos de vida como, por exemplo, a conquista de uma formação acadêmica, a alienação fica menos visível, pois consiste em um plano de longo prazo que exige muito comprometimento libidinal do sujeito: pagamento (ainda que seja correr atrás de uma bolsa de estudos), estudo, tempo, etc. Além disso, o aprimoramento profissional é considerado de grande importância em nossa sociedade de modo que seu teor alienante fica praticamente imperceptível.

Contudo, como foi afirmado acima, também a finalização de uma faculdade é alienação, pois corresponde àquilo que na verdade busca atingir o objeto *a*, impossível de ser simbolizado. Assim, também a formação acadêmica é um objeto de desejo que pretende ocupar o lugar de falo, também ela remete ao Desejo do Outro. Ou seja, da mesma forma que o consumismo influencia a escolha de objetos de desejo e sua posterior aquisição, também algo influencia a conquista de uma formatura. Pode ser o desejo dos pais de que o filho fosse advogado, a inspiração em um filme no qual o personagem do advogado recebia o mesmo prestígio que o sujeito que se põe a fazer faculdade de direito desejava, ou mesmo a conquista do diploma enaltecido pelo capitalismo.

O que se pretende aqui não é a equivalência dos tipos de alienação no sentido de desculpar as estratégias do capitalismo para que o consumismo se efetive. Tampouco o foco é a condenação indiscriminada da propaganda, apesar das críticas coerentes que foram feitas a elas. A proposta gira em torno da necessidade do esclarecimento de que não há busca de realização de desejo que não corresponda ao Desejo do Outro, ou seja, não há busca que de fato procure o que é colocado como meta: é sempre ao objeto *a* ou ao significado pessoal que os desejos se remetem a fim de que a ausência de significado (falta) seja mantida à distância.

### 3.7 Tipos de tédio

É na manutenção da distância entre o sujeito e sua vivência da falta que o tédio ganha espaço. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, é possível pensar em diferentes tipos de tédio. Vejamos então as tipologias de tédio defendidas por Martin Doehlemann (1991) agora analisadas por uma perspectiva lacaniana.

Duas características fundamentais do *tédio situacional* podem ser primeiramente levantadas aqui para se dar início à análise pretendida: o fato de derivar-se de um momento específico e o fato de poder ser quitado por um objeto também específico. Ambos os aspectos remetem à não vivência da falta enquanto constitutiva, mas sim enquanto real. Ou seja, o sujeito em tédio situacional não vive uma falta que remete ao objeto *a*, mas sim a um objeto real, de modo que não se trata da ausência vivida na castração. Tampouco se trata de uma alienação, pois a ausência é percebida e não é vivida como frustração, uma vez que o objeto de desejo que não se tem não é significante de uma falta, mas algo que de fato falta em determinada ocasião.

Se não é castração nem frustração, que tipo de vivência da falta seria o tédio situacional? Afinal, não podemos deixar de perceber que há algo faltando. Lacan formulou três tipos de falta do objeto, o que ele entendeu como sendo três termos de referência da falta do objeto (temendo sua categorização). Seriam elas: a castração, a frustração e a privação, esta última a que estava nos faltando para fazer uma importante diferenciação.

A privação é teorizada por Lacan como uma categoria da falta que precede tanto a castração como a frustração. A unidade hipotética mãe - bebê é, desde o início,

imperfeita pois não há como desencontros entre a mãe e o bebê deixarem de acontecer. Essa falta primeira que consiste na não correspondência entre o real e o imaginário é o que pode ser entendido como privação. Aquilo que priva é tudo aquilo que impede que a unidade idealizada assim o seja.

Quando a privação ocorre a nível real, ela está fora do sujeito: “Há uma diferença importante a ser precisada: essa falta, quando incide no real, não está no sujeito” (Fragelli e Petri, 2004, p. 120). Ou seja, a falta da privação só vai ser percebida se o real puder ser simbolizado. Em um primeiro momento da vida do bebê, a falta só aparece como ausência daquilo que ele necessita, o que ele só pode simbolizar com o auxílio da mãe, que lhe abre esse caminho de significações.

No tédio situacional, é diante de uma falta real (e específica) que o sujeito se encontra, falta essa que pode ser percebida pelo sujeito e que o priva de satisfazer uma necessidade. Assim, podemos fazer um paralelo entre o tédio situacional e a falta na privação.

Como as três categorias da falta não foram muito aprofundadas ou esclarecidas por Lacan, podemos nos arriscar a relacioná-las ao tédio se estivermos cientes de nossas limitações. Pensando que a privação é um estado de vivência da falta anterior aos demais, devemos ter cuidado ao fazer essa relação. Não supomos aqui que o sujeito que vive o tédio situacional acaba de ser rompido de sua unidade hipotética idealizada, ou seja, não acreditamos que essa vivência seja tão primitiva.

A relação que se quer estabelecer aqui diz respeito à falta enquanto privação daquilo de que se necessita e que é reconhecido em sua ausência. O sujeito pode não necessitar daquilo que espera no tédio situacional da mesma forma que o bebê necessita do leite da mãe, mas trata-se de uma falta real e específica formulada como tal e que pode ser simbolizada em uma reclamação, por exemplo.

Nesse sentido, se pudermos ir adiante nesse paralelo, o tédio situacional se opõe às demais vivências do tédio uma vez que elas constituem-se em alienações, ou seja, ocasiões em que a falta é percebida como frustração.

Na frustração, o objeto que se almeja é da ordem do real, pois justamente por a castração não poder operar, o sujeito, imaginariamente, acredita que se trata de uma falta real. Assim, sendo a frustração a vivência da falta no imaginário, não há como

supri-la uma vez que o real nunca poderá ser correspondido como imaginariamente se idealiza.

O tédio situacional, em contraposição, seria o que conhecemos vulgarmente como o resultado de não se estar fazendo o que se deseja ou de estar fazendo o que não se deseja fazer. O vazio experienciado é apenas fruto da ausência de algo real e específico que se almeja.

Como foi discorrido acima, quando o objeto de desejo significativo de uma falta não é alcançado, ele perde seu ter de circulação e torna-se fixo. No tédio situacional o objeto é almejado fixamente também, mas não na esperança de encontro com o objeto *a* mas com aquilo que poderá tirá-lo do estado de privação. Ou seja, o que se deseja no tédio situacional é de fato da ordem do real, não remete a outra coisa, é objeto de desejo específico e não objeto de desejo significativo de uma falta, de modo que não significa a fixação no processo de alienação embora algo fixamente seja visado.

Assim, um homem vive o tédio situacional quando “mata” suas horas de trabalho até finalizar seu expediente. A hora da saída, no entanto, encerra qualquer vivência de vazio. Ainda que no dia seguinte possa se vivenciar o tédio situacional novamente, também novamente quando chegar o horário de ir embora ele se extinguirá. O tédio retorna não porque não era a hora da saída o que de fato se almejava, mas porque o trabalho se mostra entediante novamente. O horário de saída não promete sensação de preenchimento ou felicidade total, como ocorre na alienação em um objeto de desejo determinado.

Desse modo, a vivência do vazio nada tem a ver com o contato com a falta constitutiva, pois não é algo que se mantém após a conquista do que se almejava. Não é a ausência do objeto *a*, mas de um objeto específico que de fato irá suprir algo se alcançado. É um objeto que não se espera alienadamente a fim de produzir completude, mas sim algo que se espera simplesmente a fim de suprir uma necessidade pontual: chegar em casa, por exemplo.

Uma vez que estamos associando o tédio ao processo de alienação, talvez o que é denominado *tédio situacional* possa ser entendido como a espera na privação, mas por não ser uma espera alienada, poderia ser desconsiderado enquanto tédio.

Em oposição, o *tédio da saciedade* descrito por Doehlemann (1991) é a pura vivência da falta ainda não nomeada enquanto constitutiva. A obtenção demasiada de algo causar o tédio é exatamente a vivência de aquilo que se buscava não estar podendo ser o que de fato preenche. Tudo se coloca como banal, pois vai se descobrindo que o que se está obtendo não é exatamente aquilo que na idealização se pensava ser.

Esse processo pode ser equiparado à vivência da alienação pouco tempo antes de ocorrer a separação. É o momento em que ainda se busca ser completo por aquilo a que se alienou, mas quando “aquilo que completaria” já vem se mostrando insuficiente e a ausência é vivida como sensação (não como insight, como ocorre na separação). Por isso a insistência na obtenção daquilo e por fim o excesso desse suposto objeto de desejo que no fim não vem suprir nada a não ser saciar um desejo específico que acaba por se mostrar insuficiente e sem sentido.

Contudo, no tédio da saciedade, é como se ainda não se pudesse conceber o que causa a insatisfação. Ocorre um desconforto perante a conquista que tanto se almejou e que então parece nada mais significar. Insiste-se em não ver o esvaziamento do sentido que fora posto no objeto de desejo, até que o seu excesso prova que de fato aquele objeto determinado não pode fornecer completude.

Mas o objeto como significante de uma falta até então não pode ser percebido. É como se aquele objeto específico tivesse perdido a validade a ponto de nem em demasia poder fornecer alguma espécie de satisfação. É como se a falha estivesse posta no objeto em si de modo que o desconforto ainda não é entendido como impossibilidade eterna de completude.

Ou seja, a separação ainda não veio significar o objeto em excesso enquanto objeto simbólico. Ele já se mostra incompatível com o objeto *a*, mas não se formaliza a impossibilidade de alguma conquista a nível real. O tédio da saciedade se colocaria, então, como a “estranha melancolia que muitas vezes persegue os habitantes dos países democráticos em meio à sua abundância” (Tocqueville, 1977, p. 147).

A partir do tédio da saciedade, o que entendemos como *tédio existencial* pode se instaurar, caracterizando-se como uma postura de descrença frente à possibilidade de preenchimento. Não no sentido de aceitação da impossibilidade de completude característica da operação da castração simbólica, mas, ao contrário, a descrença frente

a possibilidade de satisfações parciais, ou seja, justamente a não aceitação da incompletude enquanto constitutiva. A lógica da totalidade, portanto, continua a manifestar-se, mas agora na vivência de uma totalidade vazia. Inverte-se o polo de vivência do imaginário: se antes o sujeito pensava que poderia ser tudo se conquistasse um objeto de desejo eleito, agora ela pensa que não pode ser nada porque objeto nenhum está lhe satisfazendo completamente.

Como vimos na análise do tédio de resposta inativa, a imobilidade seria fruto do posicionamento no lugar da totalidade vazia. Vive-se uma perda de sentido que consiste na frustração de nada ser suficiente e de nada então poder mostrar-se interessante: é a frustração e não a castração que está operando.

A nomeação da falta enquanto constitutiva que não pode se efetivar no tédio da saciedade, aqui também não pode ocorrer. Se o tédio da saciedade se seguisse da operação de separação, o sujeito compreenderia que nada em si, no registro do real, poderia suprir o objeto *a*, que, enquanto entidade fixa, não pode nunca ser da ordem do substituível. No entanto, essa compreensão não se dá e o sujeito, apenas frustrado em seu desejo, não concebe sua incompletude, não deixando de viver o vazio que se apresenta.

Em oposição ao tédio situacional, o tédio existencial não tem objeto específico de desejo. O que se almeja, portanto, é ter desejo por qualquer coisa que seja, desejar de modo geral, como que recuperando o polo do “tudo” do registro imaginário no qual a completude não só é concebida como ilusoriamente experimentada.

Contudo, esse movimento causado pelo desejo não é próprio do tédio existencial. A mobilização que enfim se atinge após o momento de descrença e frustração (não castração) perante o alcance de um objeto de desejo significante de uma falta que não provocou satisfação diz respeito ao *tédio criativo*. O resultado desse tipo de tédio é o que o define como criativo: o sujeito criativamente entediado se sente impelido a fazer algo de novo.

Da mesma maneira que no tédio existencial almeja-se simplesmente a capacidade de desejar, no tédio criativo almeja-se simplesmente qualquer ação que por sua vez, irrompa com o tédio existencial. Qualquer ação é o mesmo que o advento de qualquer novidade. O tédio enquanto a vivência monótona de uma mesma angústia

(fruto da impossibilidade de se ver satisfeito- o que nada tem a ver com a percepção da impossibilidade de completude pois aqui ela ainda não ocorre, e por isso a angústia) quer apenas ser interrompido, o que só pode ocorrer através do interesse pelo novo.

Se a falta for vista, como sugere Svendsen, enquanto uma detecção pessoal de que a vida vem sendo levada mediocrementemente, a busca pelo novo seria um pedido interno para que se busque “uma vida mais substancial. Talvez o tédio me diga que estou jogando minha vida fora” (2006, p. 159). Como a falta ainda não pode ser nomeada, ela é apenas experienciada como algo que deve ser suprido (e não aceito). Assim, a novidade é intensamente almejada como aquilo que traria a idealização de eu que foi perdida na vivência da polaridade vazia (o “nada” do registro imaginário).

O tédio existencial, portanto, impede que a constatação da incompletude se dê, o que mina, por conseguinte, a capacidade de desejar. Uma vez que “nada” pode satisfazer, não há o que se desejar: ainda se busca a totalidade, e ela sendo inalcançável, não há o que possa se mostrar satisfatório. Fica como que registrado que não vale a pena desejar nada, pois nada de fato preenche inteiramente quando alcançado. A impossibilidade de ação, então, pode ser entendida como a impossibilidade de desejar. E a saída desse estado, desse tipo de tédio, se faz quando o desejo volta a ser possível e algo volta, portanto, a poder mostrar-se interessante e novo, ainda que temporariamente.

Isso pode ser visto como a ocorrência de uma nova alienação. Novamente é possível alienar-se na possibilidade de algo se manter interessante. Assim, a entrada no tédio criativo significa a saída do tédio existencial.

Como sabemos, no entanto, logo o novo se torna velho e o tédio existencial, que outrora fora rompido pelo apego a algo que se colocou como interessante, então retorna (também pelo tédio da saciedade), enfatizando a não solução do problema do tédio de modo geral e definindo-o, como também assim se faz o desejo lacaniano, como um movimento cíclico.

Ainda que, como o próprio Doehlemann (1991), mencionado em Svendsen (2006) defende, essas diferenciações entre os tipos de tédio não signifiquem que não haja superposição entre eles, é possível que sejam separadamente compreendidos por uma perspectiva lacaniana. É através desse entendimento que é possível conceber cada um dos tipos de tédio como variações da operação de alienação, momentos dessa

operação. A própria ordem em que foram apresentados os tipos de tédio já indica para compreensão de um movimento entre eles.

Contudo, diferentemente do movimento do desejo, o tédio exclui a operação de separação de sua ciclicidade. A falta não consegue adentrar na compreensão do sujeito como algo que faz parte de sua natureza. As implicações de uma alienação que não é rompida serão refletidas a seguir.

## DISCUSSÃO

Após o estabelecimento de alguns paralelos entre o tédio e o movimento do desejo lacaniano, é possível partir para algumas hipóteses reflexivas.

### **A reflexão do tédio: a consciência de si supõe castração?**

No primeiro capítulo do trabalho o tédio foi colocado como um estado mental que só pode atingir aqueles que têm a capacidade de se entregar à reflexão. “O tédio pressupõe subjetividade, isto é, consciência de si” (Svendsen, 2006, p. 34), uma vez que implica na percepção de um vazio ainda que não nomeado como tal. Assim, fica sugerido que é possível que uma pessoa mantenha a vivência da falta à distância, se acaso não se detiver na reflexão ou se não puder fazê-la.

Se a alienação consiste em manter longe a experiência de vazio, todos nós por vezes nos mantemos afastados de tal experiência através da alienação. Chegamos aqui a um paradoxo: se a alienação é que permite estar afastado da experiência da falta, como se pode entender como consciência de si a reflexão do tédio se ele mesmo é alienação?

A resposta gira em torno do esclarecimento do que é compreendido como “consciência de si”. A reflexão do tédio é consciência de si uma vez que de fato é necessário ter autopercepção para se perceber insatisfeito. É nesse sentido que, no primeiro capítulo deste trabalho, o tédio foi mencionado enquanto possibilidade de autoconhecimento. “O tédio nos dá uma perspectiva de nossa própria existência, e nos permite perceber nossa insignificância num contexto mais amplo” (idem, p. 156).

Contudo, a reflexão que não é atingida quando se está na operação de alienação é a consciência de si enquanto incompleto, consciência da incompletude como fato consumado e não apenas como sensação de vazio e, por isso, de insatisfação. Dessa maneira, a reflexão do tédio é alienante pois não consiste na concepção da falta como constitutiva, mas apenas na falta enquanto experimentação do vazio.

Manter de fato a vivência da falta à distância é não conceber o vazio como eterno e inalcançável. Desse modo, não só o tédio de resposta ativa (ou tédio criativo) pode ser considerado alienação, mas também o tédio de resposta inativa, no sentido de

que o sujeito se aliena na possibilidade de completude, ou seja, a falta enquanto constitutiva também está sendo mantida à distância dessa maneira

A operação da separação traz à tona a ausência enquanto fato consumado e quebra a alienação. Contudo, se a separação não opera, não por isso o sujeito deixa de viver sua incompletude, mas pode-se dizer que ele está mantendo a experiência da falta à distância simplesmente por não nomeá-la ou concebê-la como fato incontornável.

É certo que muitas pessoas têm capacidade menor de lidar com a falta, com a ausência de significado, e, por isso, tentam ao máximo preencher o vazio que ocasiona o tédio ou que por si só define o tédio.

É como se o indivíduo não permitisse a entrada daquilo ou daquele que desempenha o papel de terceiro, eliminando sua função castradora. “Quando o pai ou outro membro da família é indiferente, permitindo que a unidade continue interrompida, um terceiro termo nunca poderá ser introduzido.” (Fink, 1998, p. 79). Apesar de essa citação se referir à quebra da unidade mãe-bebê, ela é válida em termos mais amplos, pois toda castração simbólica que se sucede ainda significa o rompimento de algo que estava sendo idealizado.

Porém, o esforço das pessoas que pouco sustentam sua falta em velá-la, a fim de postergar sua vivência, não significa que elas não passem pela frustração da não conquista do objeto de desejo. “Não é possível ignorar por completo o tédio ou algum outro humor - mas podemos escolher entre reconhecê-lo ou reprimi-lo” (Svendsen, 2006, p155).

Em outras palavras: frustração não equivale a separação, mas, ainda que exista essa diferenciação, como não é possível conquistar o que de fato se busca (de modo que a satisfação completa não é viável para ninguém), a ausência da separação não significa o alcance da completude. Em suma, ainda que a consciência de si não suponha a castração, ela supõe sim a vivência da ausência, ainda que não elaborada ou concebida como insuperável.

É relevante pontuar, antes de prosseguirmos, que o objeto de desejo significante de uma falta ser alcançado equivale à experimentação ilusória de seu alcance. É o caso do bebê, que de fato não alcança o incesto que almeja a nível real, mas ainda assim é

castrado simbolicamente, pois é cindido dessa completude que concebe em sua ilusão imaginária.

### **A fixação de um objeto de desejo significativo de uma falta**

Estamos entendendo que um desejo que se mostra insatisfatório após sua conquista pode consistir em uma experiência vivida como frustração e não castração simbólica; mas a ausência sempre será um fato, independentemente de como seja percebida. Vejamos o que ocorre quando a conquista do objeto de desejo eleito (significante de uma falta) nem pode chegar a se efetivar. A hipótese que este trabalho procura desenvolver é que um objeto de desejo que nunca poderá ser alcançado pode ser idealizado. O que está sendo referido aqui não é a impossibilidade de encontro com o objeto *a*, com o Desejo do Outro, ou, nas palavras de Svendsen (2006), com o significado pessoal, pois essa inviabilidade foi suficientemente discorrida neste trabalho a ponto de a concebermos inclusive como ponto de partida para outras reflexões.

A inviabilidade de realização mencionada se refere à impossibilidade de alcançar o falo simbólico, o que perpetua sua idealização. Quando se fala em idealização, o que se quer dizer é que há certa mistificação do objeto, aquele momento próprio da operação de alienação no qual se acredita piamente que aquilo que se deseja é exatamente e unicamente “aquilo que falta”.

O objeto de desejo significativo de uma falta (como por exemplo, o celular, o iogurte, o carro, a casa, etc.) foi pensado até o presente momento justamente por consistir em um significante, como provisório, à medida que, enquanto falo, não é fixo porque não é nada em si: é aquilo que circula.

O movimento de circulação corresponde ao deslocamento de significante para significante, o que ocorre porque a conquista do falo simbólico se sucede: como o objeto *a* não é (nunca) atingido na conquista de qualquer objeto que ocupe o lugar de falo simbólico, uma nova alienação (sempre) se reinicia a fim de encontrar aquilo que na verdade escapa à simbolização.

Mas e se esse objeto de desejo que remete a algo de outra ordem (a falta constitutiva) nunca for alcançado? É óbvio pensar que o objeto *a* nunca será alcançado,

mas até agora não se pensou na possibilidade de o objeto de desejo significativo de uma falta não ser obtido.

A hipótese defendida aqui é que, se o falo simbólico nunca for alcançado, ele perderá o lugar de significativo e se posicionará no lugar da falta real. Sabe-se que o falo só passa a ser compreendido enquanto simbólico quando a falta permanece após a obtenção do que se almejava. Ora, se não há aquisição do objeto de desejo, não há como destituí-lo do lugar “daquilo que vai me completar”, porque não se pôde vivenciar a permanência da incompletude mesmo depois de sua conquista.

Em outras palavras, algo que foi eleito como objeto de desejo só se mostra diferente do objeto *a* quando é obtido. Algo que não é conquistado (mas que se fosse, seria compreendido como falo simbólico) permanece, através de sua idealização, no lugar daquilo que forneceria completude se fosse encontrado. Não se constitui, portanto, como falo simbólico.

Em todo sujeito a falta se faz presente enquanto ausência. Não há como supri-la completamente, mas há diferentes modos de entender sua existência. Alguém que vai atrás de seus objetos de desejo e os conquista, mas mesmo assim está eternamente insatisfeito em alguma medida, pode ir concebendo a falta como uma constante e assim partir para a operação da separação. Frente à mesma condição de diversas conquistas e ainda assim a manutenção da insatisfação, outra pessoa pode posicionar-se como “o incompleto” (em oposição a alguém que seria “o completo”) frente à impossibilidade das coisas em geral serem completamente satisfatórias em sua conquista. Ou seja, pode-se conceber a ausência como falta constitutiva ou apenas como vazio a ser suprido, o que se mostra possível pela idealização da completude de outrem.

Em oposição, aquele que nunca alcança seu objeto de desejo passa a conceber a falta como a ausência de algo específico: não se tem *aquela* objeto de desejo e por isso não se pode ser completo. Como nunca foi alcançado, o objeto de desejo permanece o mesmo: algo que na verdade é um significativo (pois não corresponde à falta em si), passa a tornar-se fixo e perder sua essência de ser o que circula. Por não poder ter sido castrado em sua pretensa possibilidade de fornecer preenchimento, o objeto de desejo deixa de poder ser substituído para o sujeito. Passa, assim, a tornar-se de fato “aquilo que, especificamente, completaria”.

A completude, nesses casos, aparece como impossibilidade somente porque o sonho é impossível de ser realizado, mas em nenhum momento, por não poder ser alcançado, ele tem a possibilidade de ser questionado como aquilo que não é de fato o que se está buscando, inviabilizando, assim, a chance da ocorrência do processo de separação. “Chance” porque mesmo com a conquista do objeto de desejo significante de uma falta, como vimos, pode operar a frustração ao invés da castração simbólica.

Se o tédio for entendido como o encontro do sujeito com sua falta ainda não concebida enquanto constitutiva e a capacidade de reflexão que, segundo Svendsen, sustenta o tédio for entendida como o que denuncia a sensação do vazio, é possível pensar que aqueles que não alcançam seu objeto de desejo vivem exatamente essa sensação que caracteriza o tédio, sensação essa de vazio ainda não nomeado como constitutivo, mas fornecedor de insatisfação. Em outras palavras, é a vivência da frustração, mas não da castração simbólica.

### **A fixação no processo de alienação**

Os sujeitos que se encontram nessa situação de impossibilidade real do alcance do objeto de desejo significante de uma falta não podem ser lembrados de sua castração simbólica, uma vez que não podem passar pela operação de separação. Permanecem no processo de alienação de um modo peculiar. A não interrupção incisiva feita pela separação resulta numa vivência de falta velada. Esse velamento será especificamente esclarecido a seguir.

De modo geral, a alienação se faz possível porque o sujeito espera encontrar algo da ordem do real naquilo que busca. A separação, por sua vez, se faz possível porque a satisfação a nível real se mostra inviável uma vez que aquilo que se encontra só pode ser da ordem do simbólico.

O sujeito que não alcança seu objeto de desejo passa pela alienação, uma vez que nesse objeto é depositada a esperança de completude a nível real. Contudo, o próximo processo, que seria o da separação, não se dá nesse caso, pois o objeto não é encontrado, de modo que nem pode ser denunciado em sua função de provedor de satisfação apenas parcial (aquilo que é de ordem simbólica é aquilo que é reconhecido como o que não satisfaz completamente).

Sem a separação, a alienação permanece enquanto constante. Como “o desejo está fundamentalmente preso ao *movimento* dialético de um significante para o próximo significante e é diametralmente oposto à fixação” (Fink, 1998, p. 116), o movimento de alienação-separação é cíclico e não estagnado. Contudo, sem a interrupção da separação, o movimento dialético se encerra, se paralisa, deixa, justamente, de ser dialético. Assim, aquilo que ocupa o lugar do sonho de vida do sujeito não se desloca, e, como foi dito, ao invés de caracterizar-se como significante, acaba por ganhar posição e valor fixo. O resultado é que o objeto de desejo passa a equivaler, agora em termos teóricos, ao objeto *a*, ao significado pessoal.

Assim é que se instala o modo peculiar de alienação mencionado acima. A alienação permanece não apenas porque a concepção de completude é mantida, mas também porque aquilo que se deseja toma o lugar da falta: é o que de fato falta. A separação não pode ocorrer, ou seja, não vem fazer-se enquanto corte porque não há nada que se mostre insuficiente e assim cause a decepção própria da castração simbólica. Não há o que se mostre insuficiente, não porque se conquistou algo que é suficiente, mas porque não se conquistou nada e então se mantém o posto idealizado daquilo que se deseja e que assim pode se manter como aquilo que seria sim o suficiente.

Nada que é alcançado pode ser completamente satisfatório, de modo que a idealização só tem continuidade na não conquista do objeto desejado. Svendsen fala disso utilizando o exemplo do amor como objeto de desejo: “O amor pode parecer suficiente quando não o possuímos, mas, quando o temos, será sempre insuficiente” (2006, p. 153).

Sabemos que o tédio passou a ser significativamente considerado a partir do advento do Romantismo, período caracterizado principalmente pela idealização de uma vida perfeita inviabilizada em sua realização. Grandes exemplos eram os amores impossíveis, seja pela morte ou distância do amado, seja pela rivalidade entre famílias, por exemplo. Ainda que o sujeito pareça impossibilitado de ação, às vezes ele pode responder ativamente na busca indiscriminada do encontro com seu amor, o que já denota um novo posicionamento que o sujeito conquistou com o surgimento da individualidade romântica.

Os amores impossíveis nada mais são do que a fixação de um objeto de desejo significante de uma falta no lugar do objeto *a*. Não podendo alcançá-lo, sua idealização aumenta. A distância entre a realização do desejo e ele mesmo enquanto objeto é o que permite que a idealização tenha continuidade. A melancolia relacionada ao amor romântico expressa na lamentação que por essência o define revela a possibilidade para a existência do tédio, uma vez que consiste em uma alienação valorizada em sua perpetuação: o amor que não morre.

### **A predominância da vivência no registro imaginário**

Uma ressalva deve ser feita. Não se pode esquecer que, ao longo da vida, os sujeitos não se alienam necessariamente em um objeto de cada vez nem dependem de uma separação para se verem interditados e constitutivamente incompletos, ainda que por vezes possam esquecer-se dessa incompletude.

Usemos uma particularidade do capitalismo como exemplo. O consumismo coloca milhões de ofertas a serem aproveitadas, mas ao mesmo tempo em que coloca o sujeito enquanto responsável por sua completude (é ele que compra tudo aquilo que o fará completo), já castra o sujeito pela própria impossibilidade de se comprar tudo. Assim, os sujeitos são marcados por impedimentos que atuam enquanto castrações simbólicas neles, relembrando o processo da metáfora paterna no indivíduo.

Desse modo, o desejo fixo por algo não necessariamente coloca o sujeito como não interditado, porque ele pode ser barrado em outras situações, muitas vezes concomitantes à alienação em outro desejo. Se o sujeito foi castrado simbolicamente uma primeira vez quando colado na unidade materna, o que ocorre é que ele apenas não é lembrado de sua castração, mas como ela já operou uma vez, o sujeito não pode ser considerado não cindido. Apenas será mais ou menos castrado em alguns aspectos de sua vida conforme os desejos prosseguirem.

O movimento sucessivo de alienação-separação é definido por sua alternância, mas isso não significa que não possam ocorrer alienações e separações ao mesmo tempo por que muitos objetos de desejo se colocam. É diante de um determinado objeto de desejo que o sujeito só pode estar em alienação ou separação, mas isso não o impede de estar alienado em outros objetos ao mesmo tempo.

A vivência da separação tem a ver com a capacidade de reflexão do sujeito. Não a reflexão do tédio, mas a reflexão que culmina na concepção do vazio como constitutivo. Normalmente a separação, quando ocorre, gera uma decepção generalizada, como que redimensionando todos os outros desejos enquanto substitutivos de algo que se coloca (e por isso a decepção) como para sempre ausente.

No entanto, se a operação de separação de fato estiver operando, será possível conceber a satisfação enquanto parcial. Ou seja, visto que a falta é insuperável, o sujeito pode se conformar com tal fato e satisfazer-se parcialmente com suas conquistas, relembrando a cada uma delas que se sucede que é impossível ser plena e completa.

Isso difere do que ocorre no tédio. Nesse último há uma recusa da concepção da parcialidade porque a completude ainda é compreendida. As insatisfações não permitem a consideração da incompletude como conclusão, de modo que o que ocorre é uma descrença no desejo: “nada que eu consigo é suficiente, eu não tenho o que permite a satisfação, nada do que eu desejo pode fornecê-la para mim”. Assim, “no tédio profundo, perdemos a capacidade de encontrar qualquer objeto que desejemos. O mundo murchou e morreu.” (Svendsen, 2006, p. 46)

Contudo, se algo permanece enquanto desejo fixo, o redimensionamento causado pela separação, em outras palavras, a reflexão, não pode ocorrer plenamente. A decepção pode perder seu teor generalizante se o sujeito, deixando de lado a reflexão que o novo processo de castração simbólica poderia trazer, justificar sua infelicidade naquilo que deseja fixamente e não na inviabilidade da satisfação total. O “para sempre ausente” não se mostra enquanto intocável, pois aquilo que não se alcançou não se coloca, como no caso na falta constitutiva, enquanto algo que nunca se irá alcançar, mas sim como algo que ainda reserva a esperança de ser alcançado e, mesmo que não o seja, pode ainda não se mostrar inviabilizado pelo fato de que o outro pode ter ou ser aquilo que se almeja fixamente.

Desse modo, chora-se a não conquista daquele determinado objeto de desejo, mas não se chora a impossibilidade de ser completo. A operação de separação recoloca o lugar daquilo que não se tem enquanto ausência permanente, de modo que não há angústia, tal como ela é concebida por Lacan. Quando aquilo que não se tem seria possível de se ter (“se eu fosse rico”, por exemplo) e por isso é colocado no lugar de

fornecedor de completude, a angústia se manifesta, justamente, enquanto ausência da separação, o que é entendido aqui como o tédio, a não reflexão acerca da incompletude enquanto constitutiva.

Refletir, portanto, pode significar deparar-se com o fato da incompletude. A reflexão é possível quando o sujeito sustenta esse fato, de modo a viver novamente a castração simbólica. Em oposição, entedia-se quando não tem essa reflexão, quando o fato da incompletude não pode ser sustentado, pois o objeto de desejo se mostra viável ainda que como aquisição do outro. O outro que tem o objeto de desejo não é visto, ainda que o seja, como castrado, o que sustenta a idealização de sua aquisição e de sua posição, perpetuando assim a fixação do objeto de desejo do sujeito.

É devido à permanência da idealização de um objeto específico que o redimensionamento que a operação de separação traz frente à possibilidade de completude não é o mesmo quando tal processo não se dá. Porém, isso não significa a inexistência de uma barragem, mas apenas, e isso é de grande relevância, a permanência da vivência do imaginário. “Uma fantasia pode (...) pertencer ao imaginário mais puro se sua significação está coagulada, isolada de uma articulação na qual desempenha o papel de um significante” (Bleichmar, 1988, p. 42).

Não ter o falo não significa que só se possa concebê-lo como inalcançável ou impossível. Própria do registro imaginário, como foi visto na caracterização do primeiro e segundo tempos do Édipo laciano, não é apenas a ilusão de que se é completo de fato, como também a ilusão de que se não se está completo, mas que alguém pode estar/ser. Quando mencionamos a passagem bem sucedida pelo Édipo como a introjeção da Lei e do falo enquanto instâncias superiores a qualquer sujeito, estávamos falando sobre a idéia de que nenhum ser - humano pode ser ou ter o falo, o que seria um entendimento oposto ao da vivência no imaginário.

Aquele que é lembrado de sua castração simbólica e, por isso, tem a sensação de preenchimento interdita pela sua impossibilidade de se dar, passa ao registro do simbólico: nada pode de fato suprir a falta, apenas simbolizá-la, substituí-la com satisfações parciais. A pessoa que não se vê preenchida porque não tem algo que alguém pode ter, não é um sujeito que saiu da esfera do imaginário, pois o falo ainda é visto como algo que se pode ter.

A concepção estruturalista de Lacan permite o entendimento de que se pode retornar a momentos de vivência no registro imaginário. A alienação é um exemplo. A separação seria a lembrança do registro simbólico, que se obriga a ser visto novamente. O que acontece nos casos de fixação de objeto de desejo é que a separação não consegue operar, de modo que não só o objeto se fixa, mas também o sujeito deixa de circular na estrutura.

### **A importância da circulação na estrutura desejante**

O retorno a algumas posições não deve significar a permanência nelas. Assim, da mesma forma que é natural e necessário o retorno à esfera imaginária no decorrer da vida (é quando levamos adiante algum projeto), também é natural e necessário o retorno à esfera simbólica, de modo que a castração simbólica deve ocorrer de tempos em tempos para recolocar o sujeito na posição de desejante, tirando-o do lugar de Desejo do Outro. A citação abaixo se refere à operação de separação como substituição (do Desejo do Outro pelo Nome do Pai) ou como metáfora (metáfora paterna), seu equivalente.

O resultado dessa substituição ou metáfora é o advento do sujeito como tal, o sujeito como não mais uma potencialidade, um mero marcador de lugar no simbólico, esperando ser preenchido, mas um sujeito desejante. (...) Em uma análise gráfica, a separação leva à expulsão do sujeito do (campo) Outro, no qual ele não era mais nada do que um marcador de lugar (Fink, 1998, p. 81).

É o movimento entre a separação e a alienação que permite que o sujeito dê continuidade à sua vida, construindo sua história. Assim, ainda que a alienação permita a busca obstinada pela totalidade de uma meta determinada, ela não dá conta de sozinha permitir o desenrolar da vida de um sujeito. A separação se faz necessária para que ocorra uma retomada do lugar de sujeito desejante, de modo que outro plano possa ser traçado e outra alienação então possa se dar. E assim por diante. “Jamais, em nossa experiência concreta da teoria analítica, podemos prescindir de uma noção da falta do objeto como central. Não é um negativo, mas a própria mola da relação do sujeito com o mundo” (Lacan, 1995, p. 35).

A separação e a alienação não são (nem devem ser) processos eternos em si, mas sim dizem respeito a um ciclo eterno que revela a impossibilidade da supressão da falta. A percepção da falta enquanto constitutiva, portanto, só aparece no movimento cíclico de separação-alienação, não surgindo quando o sujeito está fixo em alguma posição, como acontece no caso do tédio por meio da fixação no processo de alienação.

É interessante pensar que a separação sempre tem impacto quando retorna com a quebra de uma alienação (é um retorno no sentido de relembrar a primeira castração simbólica). Isso ocorre porque, como vimos, a incompletude é esquecida quando se corre atrás de algo que se almeja alcançar e que, mais do que isso, ainda se apresenta como alcançável (o que por essência consiste na alienação).

Apesar do momento reflexivo da separação (reflexão no sentido de tomada de consciência da falta como constitutiva) ser valorizado enquanto apropriação de si enquanto sujeito, entende-se aqui que a constatação constante da impossibilidade de encontro com o objeto *a* inviabilizaria qualquer projeto ou planejamento do sujeito, não podendo de fato manter-se todo o tempo na consciência do sujeito.

### **A outra margem do rio**

Nos casos em que não se pode operar a castração simbólica porque a barragem ao imaginário não se sucede (pelo não alcance do objeto de desejo e sua então fixação), não é apenas a falta de movimentação na estrutura, tampouco a falta de autoconhecimento que estão em jogo.

O não alcance do objeto de desejo significativo de uma falta (ou a sua não experimentação a nível ilusório) significa a idealização do que podemos entender como a outra margem do rio. Apesar de “a outra margem do rio” ser uma imagem metafórica, na vivência predominantemente imaginária é a outra margem, em si, não de modo simbólico, mas de modo concreto, é ela enquanto real que se deseja alcançar.

O sujeito está fixo em sua posição: está do lado indesejado (para ele) da margem e o objeto de desejo (a outra margem em si) está fixo no lado oposto. A posição do sujeito está fixa, o objeto está fixo, a estrutura está fixa. E a distância entre as margens é o que permite que a idealização continue, que se fixe. A proximidade à margem

idealizada necessariamente provocaria a quebra de tal idealização pois a perfeição só existe na ilusão imaginária, ilusão essa que é mantida pela não conquista.

Porém, como existem sujeitos na outra margem, seu alcance real se mostra possível, ainda que não para o sujeito. Ele não está completo, ele não é nada, não tem nada, mas há quem tenha. Isso é o que popularmente se expressa como “a grama mais verde é a do vizinho”.

Esse “nada” que o sujeito atribui a si é somente o reverso do “tudo” que atribui ao outro. Portanto, ainda se mantém a concepção de preenchimento total como possibilidade. A totalidade expressa em “tudo” ou “nada” denota a presença no imaginário em oposição à concepção da parcialidade que caracteriza o universo simbólico.

Para ilustrar esse movimento que vem sendo discutido aqui, vejamos as histórias em quadrinhos em anexo (ver Anexo 2), no qual algumas histórias ilustram a tentativa de Mister O. de chegar ao outro lado de um abismo, sendo a última a realização de seu desejo.

Todas as frustrações de suas tentativas nas 29 histórias que o livro tem referem-se à não aquisição do falo, mas não à quebra de idealização do objeto de desejo enquanto “aquilo que completaria” (por isso frustração e não castração). Isso pode ser constatado porque o personagem não desiste de tentar alcançar o outro lado do abismo, mostrando-se entediado (alienado) ativamente perante sua insatisfação. A idealização do outro lado só se desfaz quando ele de fato é alcançado.

O outro lado do abismo, algo metaforicamente muito semelhante à outra margem do rio, enquanto aquilo que se quer alcançar concretamente ilustra bem a vivência do imaginário: é a conquista a nível real que se almeja. Também próprio do registro imaginário é o fato de que enquanto Mister O. não consegue cruzar o abismo, outros conseguem e então a aquisição daquilo que completaria se mostra como possibilidade. O outro tem tudo e ele não tem nada.

O abismo em si também pode ser entendido como a falta constitutiva. Cruzar o abismo seria passar por cima dela, negando-a, o que se faz possível através da alienação em um desejo. Mas o abismo permanece quando se chega ao seu outro lado porque o alcance real do objeto *a* é inviável, a incompletude é um fato consumado lembrado

por essa decepção ocasionada pela quebra da idealização do que se consistia como objeto de desejo. No desenho, a permanência de um abismo que se quer cruzar é representada como um novo abismo, mas que na verdade é o mesmo no sentido de ser aquilo que sempre vai escapar à simbolização (sendo causa de todo desejo).

Apenas duas histórias foram colocadas aqui para representar as tentativas de encontro do objeto de desejo significante de uma falta, que em sua não conquista, acaba por fixar-se enquanto a falta em si (permanecendo no imaginário como aquilo que de fato corresponderia ao objeto *a*). A última história faz-se necessária, pois é a única constatação, posterior a todas as tentativas, da falta enquanto constitutiva. É a decepção final que nos permite concluir a correspondência do movimento de Mister O com o movimento do desejo lacaniano.

Essa é uma boa ocasião para que as limitações deste trabalho sejam mencionadas. As correspondências traçadas entre o tédio e o movimento do desejo lacaniano são limitadas pelo fato de que consistem em reflexões que se deram para além do que a revisão bibliográfica poderia auxiliar. O entendimento da teoria lacaniana, bem como a pesquisa referente ao tédio, puderam ter embasamento teórico. No entanto, o paralelo que se buscou traçar aqui é fruto de uma correlação estabelecida que não pode de fato ser confirmada a não ser pelo cuidado de se manter a coerência teórica durante o desenvolvimento das reflexões que se sucederam.

Ao mesmo tempo em que essa é a limitação do trabalho, é também a partir daí que as contribuições podem ser encontradas ainda que sirvam apenas como ponto de partida por onde se possa reformular algumas questões. Antes disso, porém, posso apontar para o que entendo como os frutos de maior relevância deste trabalho.

Ao entender Mister O como um personagem contemporâneo, podemos pensar sua obstinação em alcançar o outro lado do abismo ao lembrar Svendsen (2006) quando ele contextualiza o tédio como um estado mental que ganhou mais espaço no mundo contemporâneo. O autor justifica isso através da compreensão de que o tédio não era objeto de grandes reflexões, estando mais associado antigamente a figuras de grande poder econômico e social, o que hoje difere pela grande parte da população que se mostra entediada.

Concebendo o paralelo entre o tédio e a alienação, podemos entender que a vivência predominantemente imaginária é algo que se intensificou nos últimos tempos, abrangendo a população como um todo. Isso pode significar que as práticas alienantes provavelmente tem tido maior ocorrência, a partir do que se pode pensar a responsabilidade da sociedade nessa prevalência.

Essa é a principal contribuição que este trabalho traz, contribuição essa que é derivada das reflexões trazidas aqui e que, uma vez desdobrada pode estabelecer algumas possíveis tarefas: entender o que faz a nossa sociedade ser tão alienante, entender o que isso revela do nosso mundo, entender o que significa as pessoas serem em maior amplitude tocadas pelo tédio e entender as suas implicações nas subjetividades dos sujeitos.

Essas tarefas serão iniciadas na conclusão do presente trabalho, de modo que possam ser estimuladas a ter continuidade, felizmente podendo chegar, quem sabe, a alguma idéia que permita pensar uma sociedade menos alienada, menos entediada.

## CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho era estabelecer um paralelo entre o tédio e o desejo na concepção de Lacan e a partir disso poder formular algumas reflexões acerca do problema de sua perpetuação. Nessa direção, foi possível construir a ideia de que o tédio se assemelha ao processo de alienação e que, em sua manutenção, pode significar a fixação do movimento do desejo lacaniano uma vez que a separação fica especificamente inviabilizada nessa situação.

Pensando no tédio como um estado mental que adquiriu importância no mundo contemporâneo e que desde então vem ganhando mais espaço, podemos entender que a alienação é uma marca das sociedades recentes. Não que não houvesse alienação em organizações sociais anteriores, mas que hoje ela é um importante aspecto que, em sua acentuação, caracteriza nossa atualidade.

A partir disso, podemos concluir que nossa sociedade, uma vez entendida como alienante, é impossibilitadora da constatação da falta enquanto constitutiva. Ou seja, a sustentação da alienação contribui para que a separação não se dê nos sujeitos. Ao colocar as aquisições de objetos de desejo como pré-requisito para a felicidade ou, antes disso, ao estabelecer objetos de desejo, a sociedade consumista aproveita-se da natureza faltante do sujeito para deixá-lo ainda mais alienado.

A pobreza extrema a que uns estão submetidos contribui especificamente para a fixação de um objeto de desejo significativo de uma falta. Sua correspondência ao significado pessoal ou objeto *a* é facilitada pela dificuldade que algumas populações têm de alcançar seu objeto de desejo que, ao se manter inalcançável, faz com que o sujeito saiba (supostamente) onde colocar a razão de sua vida insatisfeita. Sem poder alcançar o que o capitalismo lhe influenciou a enaltecer como “aquilo que completa”, o indivíduo fica incapaz de se deparar com a falta enquanto constitutiva, uma vez que ela se justifica na ausência de um objeto determinado.

Isso porque o objeto de desejo deixa de circular ao ser dificilmente alcançado (porque uma pessoa pobre dificilmente consegue ter a casa de seus sonhos, o jatinho de seus sonhos, a posição de seus sonhos). A impossibilidade de sua conquista impede que o processo de separação venha colocar a vivência da falta como eterna.

Ao se fazer mantenedora do processo de alienação, a sociedade consequentemente perpetua ou intensifica a vivência no registro imaginário. Os sujeitos desfavorecidos facilmente apóiam sua infelicidade nas coisas que não tem e que são sustentadas em sua idealização pela propriedade dos ricos. O “nada” que atribuem a si pode se sustentar pelo “tudo” que atribuem às classes sociais mais elevadas.

Em uma organização social em que a mudança de nível econômico dificilmente se dá, provavelmente o objeto de desejo pode se fixar, a alienação pode se fixar, o desejo pode se congelar e o autoconhecimento proveniente da constatação de si como eternamente incompleto não pode se dar. Assim, os sujeitos se alienam em massa na conclusão de que serão eternamente insatisfeitos enquanto não mudarem de poder aquisitivo.

Não podemos pensar que apenas a população pobre tem dificuldade de sair do registro imaginário. Existem muitos meios de sustentar a ilusão da completude. O padrão de beleza, saúde e sucesso insistentemente divulgados na mídia são bons exemplos de como a perfeição pode ser sustentada enquanto possibilidade. Munido de todos os recursos econômicos para que se possa efetivar a aquisição de todos os produtos e métodos divulgados como remédios contra a imperfeição, só resta ao rico corresponder à perfeição. Ainda que ela possa assim se sustentar para a população pobre (no sentido de ser aquilo que o outro completo tem), dificilmente alguém sentirá que corresponde a todos os requisitos exigidos. E mais do que isso, dificilmente alguém se sentirá feliz apenas assim.

Em uma sociedade que, como vimos, o poder aquisitivo é de grande importância, o sujeito economicamente favorecido pode se deparar com a sua incompletude concebendo-a como incapacidade de ser feliz “mesmo tendo tudo aquilo que se pode querer”. Se a ausência de dinheiro pode justificar a infelicidade, sua presença não pode ser acompanhada de insatisfação. Assim, para que a lógica capitalista não seja furada, tal insatisfação não pode ser legitimada.

Desse modo, a concepção de completude que sustenta a idéia do consumismo, da felicidade enquanto posse do falo imaginário gera sujeitos frustrados e infelizes que, alienados, não podem desejar outra coisa que não a grama mais verde do vizinho. A ideia de que de fato há a possibilidade de completude não permite a satisfação simbólica

e em meio a tal mentalidade, nos alienamos e ficamos impossibilitados de apontar para o problema da concepção consumista. Seguindo sua lógica, não só o pobre pode idealizar o poder econômico e social do rico como o rico pode idealizar a felicidade concebida como “simples” que se atribuí ao pobre.

É importante lembrar que a idealização não precisa de tanta distância para se estabelecer, embora pareça mais forte assim. Desse modo, é claro que um rico também pode alienar-se no próprio jogo consumista e ver-se infeliz porque em sua concepção, ainda não tem tudo o que poderia ter.

De qualquer maneira, novamente a sociedade consumista atual mostra-se responsável por uma sustentação da vivência predominantemente imaginária, podendo ser concebida como mantenedora do ideal de perfeição. Novamente, portanto, pode-se apontar para o problema da ênfase ao poder executivo como aquilo que contribui para o recalque da falta constitutiva que acomete os sujeitos independentemente de sua compreensão acerca dela.

A mentalidade consumista coloca o poder aquisitivo, na possibilidade de obtenção de objetos de desejo, como a única solução possível para se eliminar a insatisfação. Assim, além perpetuar a alienação, cala a possibilidade da simbolização da falta. O sujeito alivia-se de não ter que se a ver com sua falta enquanto constitutiva, mas também, por outro lado, vive sua história como um não-dito no sentido de ser interdito em sua própria possibilidade de criar sentido para sua falta.

A impressão de que já se sabe do que se trata se trás alívio e satisfação, apaga o processo de produção de sentido pois um único sentido, uma única versão escreve a história. Esta é, propriamente, a censura, ou seja, a proibição imaginária. Não circular entre as várias possibilidades de sentido asfixia o sujeito e institui o seu lugar social em uma formação imaginária e fixa sobre a posição do sujeito frente aos outros (Rosa, 2001, p. 3).

A sociedade coloca o poder aquisitivo ao mesmo tempo como aquilo que permite ao sujeito não se haver com sua castração (uma vez que mostra a falta como superável), bem como aquilo que o inclui no grupo social. O sujeito cala sua própria simbolização porque está alienado no discurso social que dá o sentido da falta através da possibilidade de sua consumação. O sujeito quer pertencer a essa lógica que,

ironicamente, o exclui justamente porque estar incluído nessa lógica, apesar de significar estar sob o domínio da sociedade, significa ao mesmo tempo estar excluído da castração. Isso porque a completude oferecida permite ao sujeito não conceber sua incompletude constitutiva.

Devemos lembrar, como bem pontua Debieux Rosa (2001), ainda que não esteja se referindo à alienação no tédio, que calar a produção de sentidos particulares pode equivaler a dizer o discurso social da possibilidade de completude através da aquisição material dos objetos de desejo estipulados pelo consumismo. Ambos indicam para a alienação no sentido de esquivar-se do registro simbólico e assim ignorar a falta enquanto insuperável.

Calar parece tanto preservar as vivências, agradáveis ou traumáticas, mantidas incólumes, inquestionáveis, como mante-las inacessíveis ao Outro e aparentemente sob controle de quem cala. Nesta medida, calar pode ter função de *alienação* por dois lados: por manter-se no refúgio narcísico e por manter-se submetido a uma ordem instituída como condição para pertencer ao grupo. (...) Da mesma forma, em certos dizeres há possibilidade de produzir a alienação: dizer apenas o que o já foi dito apaga a produção de novos sentidos e determina um lugar social imobilizante, produzindo uma imagem estática, definitiva do sujeito (Rosa, 2001, p. 5).

Estar submetido ao discurso social da possibilidade de completude é fixar-se no processo de alienação pois a sociedade não cessa de dizê-lo, e tampouco, portanto, cessa de permitir ao sujeito que ele se esquive de seu vazio. Ele se aliena no gozo de pensar-se possível de preenchimento total, fixando-se como indivíduo não castrado e alienado, não apenas de seu desejo, como de seu dizer, de seu sentido. Alienar-se de sua produção pessoal de sentidos é não ter que se a ver com seu equívoco de pensar-se possivelmente completo. O não-dito, então, é mantido pela sociedade e pelo sujeito que não quer dizer sua falta.

Não podemos esquecer que a alienação é processo natural da vida psíquica de um sujeito, de modo que é necessário explicitar o que aqui se iniciou como consideração: o capitalismo não é o responsável por sua ocorrência. O que é resultado de sua ação é a eleição de objetos de desejo que se relacionam à capacidade monetária do sujeito. Em uma sociedade marcada pela desigualdade social e, por isso, marcada por

uma maioria pobre, a promessa de felicidade concentrada no poder aquisitivo faz da alienação um processo fixo.

Em outras palavras, a ação da sociedade se presentifica não na ocorrência da alienação, mas em sua perpetuação, no aumento da frustração. Se a completude é inviável, seja ela vista da maneira que for, o sujeito nunca poderá se sentir preenchido por completo. Sem poder deparar-se com a falta enquanto constitutiva (porque a sociedade põe a possibilidade de esquivar-se dela), os sujeitos vivem a falta como frustração e não castração. Quanto menos castração o sujeito viver, mais frustração ele vai sofrer, pois não há jeito de esquivar-se da vivência da falta: o vazio se coloca como fato ainda que não seja elaborado como insuperável.

Impossibilitados de verem a falta como constitutiva, tais sujeitos são impedidos de desenvolverem a noção de satisfação parcial pois não podem constatar a incompletude como fato universal e assim lidar com a insatisfação de maneira simbólica. O registro simbólico ganha pouco espaço na nossa sociedade e assim, fugindo da castração e sustentado em sua fuga, o sujeito permanece no registro predominantemente imaginário.

Aqui chegamos a uma conclusão que até então não foi formulada como tal: a falta é um problema sem solução no sentido de não poder ser completamente simbolizada ou suprida (o objeto *a* é inalcançável), mas o tédio, enquanto frustração, é sim um problema solúvel.

Como vimos, é psicologicamente esperado que o sujeito se aliene, mas não que se fixe nessa posição. Impossibilitado de circular no movimento do desejo, o sujeito, também impossibilitado de conquistar sua completude, só pode lidar com a falta enquanto frustração. Permanece, portanto, alienado até quando se depara com seu vazio pois não o compreende como constitutivo. Porém, essa condição não faz parte da natureza do movimento subjetivo do desejo. É esperado que o sujeito, pelo contrário, possa, ao sair do tédio, romper com a alienação e viver a falta como castração e não como frustração.

Svendsen coloca o tédio como problema insolúvel uma vez que compreende a falta como insolúvel. Contudo, não diferencia a falta vivida no tédio da falta vivida como insuperável. Como vimos anteriormente quando o autor concebe através do

mesmo conceito (significado pessoal) o que entendemos como objeto *a* e também o que entendemos como objetos de desejo significantes de uma falta, ele mesmo se distrai no paradoxo da falta. Entendendo o tédio algo próximo da castração, Svendsen deixa de ver o teor alienante do tédio e confunde a falta do objeto *a* com a falta dos objetos de desejo significantes de uma falta. Em outras palavras, pôde sentir que há algo de insuperável na falta, mas não diferenciou a experiência da frustração da experiência da castração.

Desse modo, é importante destacar que o tédio tem solução no sentido de não o enaltecermos como constatação da impossibilidade de alcance do todo. O tédio tem solução porque a falta, sim inalcançável, não precisa ser vivida como frustração. A vivência da castração se faz importante como insurgência do rompimento da alienação, não no sentido de exterminá-la, mas no sentido de promover a continuidade do movimento do desejo.

É importante, portanto, que não nos alienemos no elogio da frustração. Não porque ela é alienação, mas principalmente porque nenhum processo deve ser considerado saudável em sua permanência. Esse ponto se faz importante de ser elucidado uma vez que aponta para a possibilidade da alienação intelectual, da fixação da alienação através do congelamento de pensamentos.

O tédio entra como revelador de uma sociedade predominantemente alienada. São muitas as pessoas que são acometidas pelo tédio. A televisão, talvez por isso, seja o utensílio de maior popularidade entre a população. Mesmo dentre os mais desfavorecidos, é muito comum que tal aparelho seja considerado imprescindível. Os programas televisivos que mais fazem sucesso são aqueles que não permitem reflexões e que apenas tem a função de deixar descansar a cabeça bombardeada de informações imaginárias, por assim dizer. A própria mudança constante de canais mostra como, ao mesmo tempo, nenhum programa é suficientemente satisfatório.

Para finalizar, podemos retomar o fato de o tédio ser considerado um fenômeno especialmente atual. Quando pensamos que antigamente as pessoas eram menos acometidas pelo tédio, podemos entender que as pessoas eram menos alienadas. Mas o que significa que as pessoas eram menos alienadas? Em outras palavras, o que de fato permitia que os sujeitos não se fixassem nessa operação? Será que a propaganda não

operava tanto? Ou que os objetos de desejo não eram criados pela mentalidade consumista? Possivelmente. Mas o que fazia com que tudo isso não fosse possível?

Ao lembrar que a noção de individualidade foi uma conquista romântica, podemos entender que foi a partir de então que o sujeito pode se ver responsável por sua existência e, por tanto, por uma grande parte de sua satisfação. Ainda que o amor romântico se revelasse impossível, o sofrimento dos amantes (eu - líricos) já indicava para uma nova maneira de se perceber, ainda que fosse enquanto desamparados frente às possibilidades da realidade. Antes do Romantismo, o sujeito não tinha posse alguma de seu destino, essa posse nem ao menos se manifestava em alguma reflexão acerca de sua insatisfação existencial (o que foi inaugurado como tendência romântica).

Desse modo, antigamente a possibilidade de mobilidade do sujeito dentro de seu destino era inexistente. A mobilidade na estrutura (piramidal) social e econômica, portanto, também o era. A partir dessa constatação, alguns aspectos podem ser esclarecidos. O poder aquisitivo não podia ser enaltecido pela sociedade como estratégia de se alimentar o consumismo porque a população não tinha como corresponder a ele à medida que não tinha como alienar-se na possibilidade de adquirir algo que lhe fornecesse uma nova posição. A idealização de outro nível social até podia ocorrer, não está sendo sugerido aqui que os sujeitos não sonhavam com isso, mas é um fato que a mobilidade não se apresentava como possibilidade do modo que é colocada hoje pois a individualidade e a responsabilização do sujeito pelo seu destino não eram enfatizadas.

A população desfavorecida atualmente pode alienar-se na riqueza como fornecedora de felicidade e completa satisfação. Ao mesmo tempo em que isso é posto como possibilidade viável, sabemos que os números não são significativos. Sem escolarização ou condições básicas de saúde, por exemplo, o sujeito como que herda uma posição com a qual vai ter que se a ver no esforço de não ficar ainda mais marginalizado do que está, de modo que a ascensão cabe, muitas vezes, estritamente enquanto sonho.

Assim, a ascensão é idealizada como completude imaginária, uma vez que pode ser pensada, mas dificilmente alcançada. Aqui nos deparamos com um ponto importante de sustentação de nossa sociedade atual: a mobilidade econômica e social é mais enfatizada como possibilidade imaginária do que real, facilitando assim a alienação na

perpetuação do não-dito do sujeito. O discurso social que promete a possibilidade de completude, então, contribui para a não construção de sentidos do sujeito ao fornecer um, fixo, que na verdade só mantém a insatisfação (ainda que não nomeada como insuperável) a favor da circulação. Circulação de produtos consumíveis, mas fixação do movimento de desejo: o mercado ganha ao imobilizar os sujeitos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLEICHMAR, Hugo (1984). *Introdução ao estudo das perversões: Teoria do Édipo em Freud e Lacan*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998
- DA COSTA, Ana Maria Rodrigues (1992). *Do pagamento*. Em Clara Regina Rappaport (coord). *Psicanálise: Introdução à Práxis Freud e Lacan*. São Paulo: E.P.U. Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1996.
- FINK, Bruce (1995). *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- FRAGELLI, Ilana e PETRI, Renata. A transmissão da falta, a partir da leitura do seminário IV de Lacan. *Estilos da clínica*, 2004, Vol. IX, nº17, 118 – 127.
- KRISTEVA, Julia (1987). *Sol negro: depressão e melancolia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1989.
- KUNDERA, Milan (1990). *A lentidão*. Lisboa/ Porto: Asa, 1995.
- LACAN, Jacques. (1985). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- \_\_\_\_\_ (s/d). *A angústia: seminário 1962 – 1963*. Recife: Centro de Estudos Freudianos de Recife, 1997.
- \_\_\_\_\_ (1986). *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LISPECTOR, Clarisse (1964). *A paixão segundo G.H.* Rio de Janeiro: Editora do Autor.
- PESSOA, Fernando (1982). *Livro do desassossego*. 2. ed. Seção 445. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- PHILLIPS, Adam (1993). *Beijo, cócegas e tédio: o inexplorado da vida à luz da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- QUINET, Antonio (1991) . *As 4+1 Condições da Análise*. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- ROSA, Miriam Debieux (2001). *O não-dito como operador na clínica com crianças e adolescentes*. Disponível em endereço do site. Acessado em 19/05/2010.
- SVENDSEN, Lars (1999). *Filosofia do Tédio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1954). *Da Democracia na América*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1977.
- TRONDHEIM, Lewis (2005). *Mister O: 30 histórias cruéis*. Rennes/ Tournai: Editora Shampooing.

## ANEXO I



Minha mais recente castração simbólica

ou

Isso também é França

## **ANEXO II**